



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANANDA DOURADO PORTO**

**FEMINISMO POPULAR NA AMÉRICA LATINA: A PARTICIPAÇÃO DAS  
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO ATRAVÉS DA VIA  
CAMPESSINA**

**JOÃO PESSOA  
2018**

**ANANDA DOURADO PORTO**

**FEMINISMO POPULAR NA AMÉRICA LATINA: A PARTICIPAÇÃO DAS  
MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO ATRAVÉS DA VIA  
CAMPESSINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Política Internacional

**Orientador:** Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

**JOÃO PESSOA  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P839f Porto, Ananda Dourado.

Feminismo popular na América Latina [manuscrito] : a participação das mulheres na construção do internacionalismo através da Via Campesina / Ananda Dourado Porto. - 2018.  
76 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre ,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Feminismo. 2. América Latina. 3. Internacionalismo. 4.  
Via Campesina.

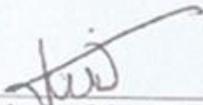
21. ed. CDD 305.42

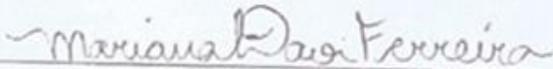
ANANDA DOURADO PORTO

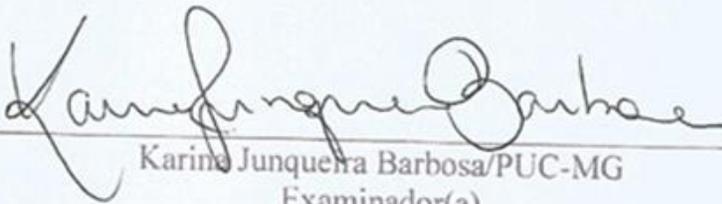
FEMINISMO POPULAR NA AMÉRICA LATINA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA  
CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO ATRAVÉS DA VIA CAMPESINA

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 15 / 06 / 2016.

  
Fábio Rodrigo Ferreira Nobre/UEPB  
Orientador(a)

  
Mariana Davi Ferreira/UEPB  
Examinador(a)

  
Karine Junqueira Barbosa/PUC-MG  
Examinador(a)

Dedico este trabalho aos meus avós. Todos camponeses, exemplos de vida, que me mostraram a importância da relação com a terra e com a natureza. Mas, principalmente às minhas avós, mulheres que me ensinaram a verdadeira solidariedade e a força da mulher do campo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Maria Eduarda e Nardel, pelo apoio incondicional a todas as minhas escolhas e aventuras, pela confiança, amor, compreensão, respeito, por terem me criado para o mundo, me preparado para os seus desafios e me ensinando que posso contribuir para torná-lo um lugar melhor.

Aos meus irmãos, Aléxia e Anderson, por me inspirarem com as suas próprias trajetórias, pelo carinho, cuidado, motivação, alegria e por serem os melhores parceiros para qualquer tipo de programa e momento da vida.

À minha família, em especial, tio Fábio, tio Marcos, tia Simony, tia Sandra, vô Claudionor, vó Idália, Ana Luiza, João Davi, Júlia, Eliza e Eric, que são essenciais nessa caminhada por sempre acreditar em mim, pelo afeto e suporte desde criança.

Ao meu companheiro de vida, Tarsis, pela paciência, cuidado e amor diário, por estar sempre ao meu lado me dando forças e os melhores conselhos, me ajudando em tudo que pode, acreditando em mim e compartilhando sonhos e trincheiras da luta.

À mãe curitibana que encontrei na Paraíba, Dani, pelo amor, carinho, doçura, alegria e compreensão, por ser a melhor sogra do mundo, um exemplo de mulher, força e resistência, que me ensina a enfrentar todas as adversidades sempre de cabeça erguida.

À minha prima Alena e Bruna, minhas amigas-irmãs de infância, que apesar da distância permanecem na minha vida e no meu coração sendo um exemplo de vida, amizade, fé, carinho e força, me ensinando a apreciar toda a intensidade das coisas mais simples.

À Monalisa, pelas conversas, desabafos, descontração e aprendizado nesse processo de escrita tão conturbado, por partilhar a casa, a trajetória no movimento estudantil e a crença de que as pessoas sempre podem oferecer o melhor de si.

Agradeço ao meu orientador, Fábio, pela sensibilidade, dedicação e paciência, pelos ensinamentos, por se importar tanto com seus alunos, com o conteúdo que passa e a forma de ensinar, por ser essa pessoa compreensiva, de bom coração e ter se tornado um grande amigo.

A todos os integrantes das duas gestões do Centro Acadêmico de RI da UEPB, em especial, Luan, Kévin, Alanna, Larissa, Mayara e Éwerton por todos os momentos de aprendizado e construção coletiva, por tornarem essa universidade e o curso melhores para todos os estudantes e terem se tornado amigos que quero carregar para a vida.

Ao PUA, esta extensão que acolhe todos os doidos e doidas da universidade, por ser um espaço de refúgio nos momentos difíceis dessa graduação, exemplo de pedagogia e transformação social, por todos os círculos, terapias, reuniões, abraços e experiências compartilhadas.

Ao professor Paulo, por ser uma pessoa tão importante durante este curso, que me estendeu a mão e o ombro em diversos momentos e me mostrou que também tem gente humana e solidária na universidade.

A todos os professores do curso de Relações Internacionais que de alguma forma contribuíram para a minha formação. Especialmente Alexandre, Dmitri, Jeane, Matheus, Mônia, Neila e Silvia.

À professora Karina e à minha companheira de luta Mariana, por aceitarem compor minha banca examinadora, pela disposição, ajuda e inúmeras contribuições a este trabalho.

Aos companheiros e companheiras do Levante Popular da Juventude e da Consulta Popular, em especial, Deyse, Emylli, Júlio Ivo, Lucas, Marcela, Maria e Pedro, por me mostrarem que é possível construir diariamente um projeto popular para o Brasil.

Por fim, agradeço as companheiras da Marcha Mundial das Mulheres por me apresentarem o feminismo popular e me mostrarem a cada vivência, formação e espaço de cuidado, a mística e a força revolucionária das mulheres. Especialmente Ana Laura, Ana Cristina, Bárbara, Dani, Heloísa, Joana, Lucille, Paula e Vera, mulheres que tanto admiro e que seguem lutando para mudar a vida das mulheres. Até que todas sejamos livres.

*Quando se sabe que a história do feminismo desde 1930 é uma série de emergências e ocultamentos, explica-se o fato de temermos que nossa revolta se perca no emaranhado das instituições políticas ou da recuperação comercial.*

*As mulheres querem se reapropriar dos fragmentos dessa história sem memória, não para cristalizá-los e fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, das nossas experiências, dos nossos sonhos.*

*(Elizabeth Souza-Lobo - A classe operária tem dois sexos)*

## RESUMO

O contexto da segunda década dos anos dois mil na América Latina é de retomada da ofensiva imperialista e neoliberal que retira direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora e se apropria das riquezas e recursos naturais da região. Essa conjuntura é muito mais agressiva para as mulheres, pois essa ofensiva reforça as estruturas de dominação em que estão inseridas, intensificando a sua exploração para garantir o crescimento econômico. Para enfrentar essa expansão da dominação capitalista as mulheres utilizam como instrumentos centrais as articulações internacionais de movimentos sociais e o feminismo popular, uma importante ferramenta de mobilização e formação criada pelas mulheres latino-americanas a partir das suas vivências e necessidades. Por isso, o presente trabalho se propõe a investigar de que forma a participação das mulheres na construção do internacionalismo através da Via Campesina contribuiu para o desenvolvimento do feminismo popular na América Latina. Tendo como objetivos: compreender como surgiu o feminismo e como se deu a sua construção na América Latina, entender de que forma a construção das resistências e de um projeto latino-americanista contribuiu para a luta das mulheres e analisar a participação das mulheres no processo de construção do internacionalismo através da Via Campesina. A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, exploratório e descritivo baseada em conteúdo bibliográfico e documentos da organização. Espera-se que este trabalho consiga demonstrar a força e a esperança passadas pelas mulheres camponesas na luta que constroem diariamente por uma sociedade livre e igualitária.

**Palavras-Chave:** Feminismo. América Latina. Internacionalismo. Via Campesina.

## **ABSTRACT**

The context of the second decade of the two thousand years in Latin America is a resumption of the imperialist and neoliberal offensive that removes historical rights won by the working class and appropriates the riches and natural resources of the region. This situation is much more aggressive for women, since this offensive reinforces the structures of domination in which they are inserted, intensifying their exploitation to guarantee economic growth. In order to face this expansion of capitalist domination, women use as central instruments the international articulations of social movements and popular feminism, an important mobilization and training tool created by Latin American women based on their experiences and needs. Therefore, the present work intends to investigate how the participation of women in the construction of internationalism through La Via Campesina contributed to the development of popular feminism in Latin America. Having as objectives: to understand about how feminism emerged and how it was built in Latin America, to understand how the construction of resistances and a Latin Americanist project contributed to the women's fight and to analyze the participation of women in the process of building internationalism through La Via Campesina. The research was qualitative, exploratory and descriptive based on bibliographic content and documents of the organization. It is hoped that this work will demonstrate the strength and hope passed by peasant women in the fight they build daily for a free and egalitarian society.

**Keywords:** Feminism. Latin America. Internationalism. La Via Campesina.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALBA	Aliança Bolivariana Para os Povos de Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ASC	Aliança Social Continental
ASOCODE	Associação de Organizações Camponesas Centro-americanas para a Cooperação e o Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLOC	Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CMA	Cúpula Mundial de Alimentação
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAO	Food and Agriculture Organization
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMLN	Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
FSM	Fórum Social Mundial
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NAFTA	North America Free Trade Agreement
NOW	National Organization for Women
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>11</b>
<b>1. FEMINISMO E AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>14</b>
1.1. GÊNERO E PATRIARCADO .....	14
1.1.1. Conceito de Gênero .....	14
1.1.2. Patriarcado e a importância da utilização do termo.....	16
1.2. FEMINISMO: ONDAS E DEBATES .....	19
1.2.1. Ondas do Feminismo .....	19
1.2.2. Feminismo e Relações Internacionais .....	22
1.3. FEMINISMO POPULAR.....	24
1.3.1. Leito histórico do feminismo.....	26
<b>2. CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS E DE UM PROJETO LATINO-AMERICANISTA .....</b>	<b>29</b>
2.1. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RESISTÊNCIAS .....	29
2.1.1. Elementos da formação do capitalismo dependente na América Latina .....	30
2.1.2. O surgimento de um projeto de unidade latino-americana.....	33
2.2. ARTICULAÇÃO REGIONAL POR UM PROJETO LATINO-AMERICANISTA NO SÉCULO XXI.....	36
2.2.1. Formação de um bloco anti-neoliberal na América Latina .....	36
2.2.2. Exercício do internacionalismo pelos movimentos sociais .....	41
<b>3. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO ATRAVÉS DA VIA CAMPESINA.....</b>	<b>47</b>
3.1. MULHERES NO ENFRENTAMENTO AO IMPERIALISMO E AO NEOLIBERALISMO .....	47
3.2. A LUTA DAS MULHERES NA VIA CAMPESINA .....	51
3.2.1. Histórico da Via Campesina como Organização Internacional.....	51
3.2.2. A Comissão e as Assembléias de Mulheres da Via Campesina .....	54
3.2.3. Principais pautas construídas na organização.....	58
3.2.4. Desafios para a construção da igualdade de gênero e de um projeto político emancipatório .....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>71</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O contexto da segunda década dos anos dois mil na América Latina é de retomada da ofensiva imperialista e neoliberal que, após a saída de diversos governos progressistas do poder, retira direitos históricos conquistados pelos trabalhadores e se apropria das riquezas e recursos naturais da região. Neste cenário, os movimentos sociais possuem uma importância central para o enfrentamento da expansão da dominação capitalista. E se essa conjuntura já gera diversos impactos negativos na classe trabalhadora em geral, para as mulheres ela se manifesta de uma maneira muito mais agressiva.

As mulheres estão inseridas em uma estrutura patriarcal de exploração e dominação historicamente construída e reforçada, baseada no controle e no medo, que surge a partir das contradições e desequilíbrios da sociedade e que se perpetua através do tempo, sofrendo diversas transformações, se expandindo e se integrando a outros sistemas de dominação como o colonial e o capitalista. Estes sistemas marginalizam o seu papel na sociedade, lhe privando dos espaços públicos e estabelecendo relações política, econômica e social desiguais entre homens e mulheres. A compreensão da situação de submissão e violência estrutural gera nas mulheres a necessidade do enfrentamento através da participação política (SAFFIOTI, 2004).

Na América Latina a condição das mulheres sofre o impacto da dependência estrutural a qual a região foi submetida desde a sua colonização e perpetuada pela dominação imperialista empregada pelas economias centrais. Esta posição de dependência foi mantida para a continuidade da acumulação de capital sobre a exploração do território e povo latino-americano. Diversas lutas e resistências foram construídas ao longo do tempo na tentativa de construir a unidade dos povos e defesa da região e vários avanços foram obtidos, ainda que a unidade não tenha sido alcançada. Até que no final do século XX o imperialismo norte-americano tentou assegurar sua dominação através de um aparato jurídico materializado na Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), que representava os interesses do capital internacional através de uma ofensiva neoliberal e imperialista.

Nessa conjuntura, a exploração da mulher é intensificada pelo avanço dessa ofensiva, que recorre a dominação patriarcal como um mecanismo de fortalecimento das suas dinâmicas. Potencializa o trabalho doméstico e de cuidado como parte fundamental da produção e

reprodução da vida, que além de não ser remunerado é invisibilizado pela divisão sexual do trabalho. E no campo do trabalho remunerado concede às mulheres a desigualdade salarial e empregos precários para impulsionar o crescimento econômico (MARCELINO; FARIA; MORENO, 2014, p.3-6).

Como a alternativa de defesa dos povos e da região latino-americana foi construída pelos movimentos sociais, forças sindicais e partidos políticos, uma campanha continental de luta contra a ALCA e a ofensiva imperialista e neoliberal. Esta possibilitou o surgimento de novas organizações internacionais e redes transnacionais de movimentos, que através do internacionalismo barraram a proposta estadunidense e formularam um projeto político latino-americanista de integração regional, voltado para o desenvolvimento e autonomia da região com base na defesa dos direitos dos povos latino-americanos (FERREIRA, 2016).

A construção do feminismo na América Latina foi atrelada aos processos de lutas históricas da região, baseado nas experiências das mulheres enquanto parte dessas lutas, as mulheres faziam e fazem parte dos movimentos que enfrentaram e seguem enfrentando a ofensiva imperialista e neoliberal. A partir de suas vivências criaram o feminismo popular, com base nos recortes de gênero, classe e raça e que se configura enquanto luta antissistêmica contra o capitalismo e o patriarcado buscando a transformação real das estruturas a nível internacional, a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres (SILVA, 2016).

Tendo em vista que a Via Campesina é constituída por diversos movimentos populares que construíram ativamente a luta contra a ALCA, que possui uma forte atuação na América Latina e uma grande participação de mulheres, o objetivo geral desta pesquisa é identificar de que forma a participação das mulheres na construção do internacionalismo através da Via Campesina contribuiu para o desenvolvimento do feminismo popular na América Latina. Os objetivos específicos da pesquisa são: aprender sobre como surgiu o feminismo e como se deu a sua construção na América Latina, entender de que forma a construção das resistências e de um projeto latino-americanista contribuiu para a luta das mulheres e compreender a participação das mulheres no processo de construção do internacionalismo através da Via Campesina. A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, exploratório e descritivo baseada em conteúdo bibliográfico e documentos da organização.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta o conceito de gênero e patriarcado, como e em quais partes do mundo surgiram os diferentes tipos de feminismo, como esse debate foi inserido nas relações internacionais e a criação do feminismo popular a partir das experiências das mulheres latino-americanas. O segundo traz a formação sócio-histórica da América Latina, como se estabeleceu a dependência estrutural da região devido ao papel que as economias periféricas cumprem na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), contexto a partir do qual surgiram as resistências, que foram retomadas na articulação de um projeto de integração regional latino-americanista construído pelos movimentos sociais através do exercício do internacionalismo. O terceiro analisa como as mulheres latino-americanas se inseriram nessas lutas e apresenta a Via Campesina, o histórico da participação das mulheres na organização, suas pautas e desafios e a construção do feminismo popular e camponês.

## **1. FEMINISMO E AMÉRICA LATINA**

O feminismo na América Latina possui uma trajetória com algumas particularidades em relação às outras partes do mundo. O seu desenvolvimento e ramificação é atrelado aos processos históricos da região e às resistências construídas neles. O próprio despertar das mulheres para a luta política nesta região se consolida a partir das suas experiências organizativas que resultaram na produção teórica. Estas são empregadas como um instrumento para respaldar a atuação concreta, na formação de organizações, coletivos, redes de articulação e movimentos sociais. Foram utilizadas para auxiliar a definição das pautas e identificar sistemas de dominação em que as mulheres estão inseridas, que até então eram naturalizados. Por isso é preciso entender como ocorreu a construção histórica dos estudos sobre mulheres, das ondas do feminismo, dos debates na academia e as particularidades latino-americanas.

### **1.1. GÊNERO E PATRIARCADO**

Os conceitos de gênero e patriarcado são essenciais para os estudos sobre mulheres e para o feminismo, mas possuem diferenciações que delimitam a sua utilização e causam divergências entre as vertentes feministas. Ambos se propõem a discutir o papel da mulher na sociedade e os obstáculos impostos à elas em todos os espaços. O que os difere é o caráter mais amplo ou específico, o período histórico que pretendem analisar, a sua compreensão das estruturas sociais e a forma como as mulheres devem se posicionar no enfrentamento a submissão.

#### **1.1.1. Conceito de Gênero**

O termo gênero originalmente foi formulado por um homem, o americano Robert Stoller (1968) começou a mencioná-lo, mas o conceito só ganhou forma e força com a historiadora Gayle Rubin (1975), para ela o sexo era transformado pela atividade humana e isso gerava a necessidade de um novo conceito. E apesar de elementos do seu trabalho apontar uma hierarquia entre os sexos, a autora considerava as relações de gênero igualitárias (RUBIN, 1975).

As feministas americanas da época utilizavam o conceito com o intuito de rejeitar o sentido biológico do termo sexo, considerado determinista e que deveria ser retirado da

discussão, para não limitar as relações sociais das mulheres, ou analisá-las de maneira separada, já que, para elas, ambos os sexos e suas distinções se constroem de maneira conjunta. Segundo Joan Scott:

Aqueles que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado (SCOTT, 1989, p.72).

Entretanto, essa dicotomia entre sexo e gênero tão pregada nos anos 70 provou-se obsoleta, já que o sentido, até gramatical, e o papel social dos dois é o mesmo, por que o biológico e o social não são independentes. Para Saffioti, a preservação dessa unidade sexo/gênero é importante, pois essa concepção de gênero apenas como categoria social, volta ao problema do essencialismo, tanto o biológico quanto o social restringem os estudos. Pode-se discutir a elaboração social do sexo ou do gênero “sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro na sociedade, na cultura. É possível trilhar caminhos para eliminar essa dualidade.” (SAFFIOTI, 2004, p.116)

Ainda há posturas intelectuais essencialistas que consideram o gênero algo biológico e imutável, baseado na essência feminina e masculina e nas diferenças entre elas. Há muitas divergências sobre o próprio conceito de gênero/sexo, principalmente na academia. Entende-se que este é um conceito aberto, em constante formação pelo gênero, feminino e masculino, ser moldado pela construção social.

Isso gera muitas críticas, principalmente às adeptas do conceito de patriarcado, por este ser um conceito fechado. Um ponto relevante para a discussão, pois os conceitos de gênero possuem vários aspectos e as feministas se dividem. Cada uma enfatiza e utiliza determinados aspectos de acordo com sua interpretação e campo de atuação, algumas o limitam a uma categoria social, outras a uma categoria de análise. Mas, para muitas vertentes feministas, inclusive a adotada neste trabalho, gênero é algo bem mais amplo e complexo, é uma categoria histórica (SCOTT, 1989).

Para Teresa de Lauretis (1987), enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias, por que o conceito de gênero é múltiplo e historicamente contraditório. Este foi construído em sociedade, em um sistema de representações, e como os sujeitos são envolvidos de relações sociais também são dotados de classe e raça. Assim a

ambiguidade e as diferenças de gênero são produzidas pela multiplicidade dos sujeitos e de suas representações que não podem ser separadas e analisadas isoladamente. “É tanto um construto sociocultural como um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado” (LAURETIS, 1987, p.5). A principal contribuição da autora é a compreensão de classe e raça como parte indivisível da construção social da multiplicidade do sujeito e de como isso reflete na concepção de gênero que está diretamente ligado a essas duas categorias nas relações sociais, formando representações que moldam o masculino e o feminino.

No início dos estudos de gênero, de raça e de classe, do estudo científico da história das mulheres inseridas nesses recortes e de sua participação política e social, acreditava-se que todos os trabalhos científicos produzidos até então deveriam ser revisados e essas mulheres inseridas, formulando não apenas a história das mulheres na sociedade, mas uma nova história (SCOTT, 1989, p.73). E como os estudos de classe e raça estavam atrelados, estes também seriam incluídos nessa nova e real história, uma história e estudos científicos que incluiriam os oprimidos, o que obviamente não ocorreu.

Gênero enquanto categoria histórica, também pode ser concebido como símbolos culturais que remetem às representações, como potencialidade, gramática sexual que regula as relações hétero e homoafetivas, conceitos normativos derivados e utilizados para interpretar significados, organizações e instituições sociais, além da própria subjetividade dos indivíduos. Mas o que não está explícito nesse conceito é a hierarquia e a dominação, que é presumida por algumas feministas em qualquer período histórico. Isso gera um problema teórico, fragmentação dos feminismos e dificuldade de interlocução e consenso entre as feministas. Como este é um conceito em constante formação tende a absorver as críticas e avançar de modo que contribua mais para a luta das mulheres, ao invés de separá-las.

### **1.1.2. Patriarcado e a importância da utilização do termo**

Uma das principais divergências entre as feministas é a utilização ou não do termo patriarcado, por ser um conceito fechado, específico e não em constante construção, inicialmente mais ligado ao conceito de sexo do que de gênero. Algumas vertentes o consideram negativo por abarcar somente relações desiguais e pregam o abandono da utilização do termo. Porém, muitas dessas cometem o equívoco que Carole Pateman (1988) denomina “patriarcalizar o patriarcado”,

interpretar o patriarcado como direito paterno, restrito ao âmbito familiar.

Pensa-se ter havido uma primazia masculina no passado remoto, que as desigualdades entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. A questão é que por mais que o patriarcado esteja em permanente transformação, isso não significa que esteja perdendo força. Os homens, tanto pais quanto parceiros, continuam sendo proprietários dos corpos das mulheres, mesmo que não o sejam de maneira legal continuam lhes privando dos espaços públicos, lhes violentando, estuprando e assassinando diariamente por suas insatisfações (SAFFIOTI, 2004, p.48).

Isso caracteriza em todos os aspectos um sistema patriarcal e por mais que algumas mulheres estejam ocupando espaços que historicamente lhes foram negados como de representação política, autonomia econômica e produção científica, essa realidade é recente. A quantidade de mulheres que a alcança é mínima e ainda que se libertem de alguns aspectos a própria estrutura do Estado e diversas instituições é patriarcal o que não permite se desvincular desse sistema.

O patriarcado é uma estrutura de exploração e dominação historicamente construída e reforçada, baseada no controle e no medo, que surge a partir das contradições e desequilíbrios de determinadas sociedades e perpetua-se através do tempo, sofrendo diversas transformações, expandindo-se e integrando a sistemas de dominação como o colonial e o capitalista. Assim, migrou para diversos territórios e ganhou uma maior complexidade.

Se considerarmos o período de análise desde o surgimento da humanidade, para ter um panorama temporal do patriarcado, de acordo com Lerner (1986), ele é muito jovem, dos 250 a 300 mil anos da humanidade o patriarcado tem aproximadamente 5 mil. E sucedeu diversas sociedades igualitárias de caça e coleta, nas quais as mulheres, independentemente do protagonismo e importância econômica jamais implantaram qualquer forma de dominação. Essa noção histórica é relevante para que se compreenda e tenha uma dimensão adequada do patriarcado.

A partir da formação de uma ordem social estruturada e da criação do Estados se deu o contrato social. Atrelado a ele surgiu o contrato sexual, um contrato entre homens no qual o principal objeto são as mulheres, que é pouco discutido e responsável pela “lei do direito sexual masculino”, o direito político dos homens sobre as mulheres. Para Carole Pateman (1988), ele é o meio pelo qual se constituiu o patriarcado moderno. “O contrato social é uma história de

liberdade; o contrato sexual uma história de sujeição. O contrato original cria ambas a liberdade e a dominação” (PATEMAN, 1988, p.17) .

Em conjunto esses dois contratos formam o pacto original que legitima as relações patriarcais, o acesso aos corpos das mulheres, garantindo aos homens um direito patriarcal sobre esses corpos como propriedade privada, fazendo com que suas próprias liberdades civis dependam diretamente do direito patriarcal, assegurado pela submissão. E assim, essa estrutura de poder contamina não apenas a sociedade civil, mas também o Estado.

Pateman (1988) afirma que abandonar o conceito de patriarcado seria uma grande perda para a teoria política feminista e para os estudos de gênero como um todo, pois este é o único termo que se refere especificamente à sujeição da mulher. Além do abandono da história política do feminismo, o que poderia contribuir para a naturalização e invisibilização dessa dominação/exploração das mulheres. Utilizar termos como privilégio masculino de forma individual, dominação masculina ou androcentrismo só configura um desserviço às lutas das mulheres e aos estudos de gênero, pois fragmenta ainda mais a discussão e muda o direcionamento, o que faz com que essa estrutura cresça sem ser percebida.

Quanto à interpretação do patriarcado como direito paterno restrito a família, ressalta-se que ele se expandiu na sociedade e se incorporou a todo o corpo social, até mesmo ao Estado e as instituições internacionais. E para compreender melhor essa trajetória é preciso questionar a própria origem da família, instituída pelo casamento, mas que não se prende a relação marido/esposa. Quando a figura do pai é retirada dessa instituição o seu papel não passa para a mulher, é um legado deixado para o filho, irmão, tio ou qualquer homem, pois este é um direito garantido pelo contrato sexual.

De acordo com Friedrich Engels (1884), a família nem sempre teve esse modelo monogâmico burguês e essa também não é uma forma de organização eterna. Ela já foi algo coletivo e de certa maneira até horizontal. Pode-se comprovar pela sua historicidade que foi apropriada, assim como a propriedade privada e o trabalho na formação da sociedade de classes como meio para garantir o controle e a exploração das forças produtivas. O patriarcado já existia antes do capitalismo, mas foi apropriado e se tornou essencial para a reprodução humana na sociedade de classes. E não deve ser limitado à figura do pai, já que esta não é uma relação privada e sim civil, por mais que a mulher seja restringida ao espaço privado e tida como propriedade privada, a relação é civil porque é legitimada por toda a esfera pública.

A utilização do conceito é importante, pois gênero apesar de ser uma categoria histórica abrangente e capaz de analisar todo o período anterior ao surgimento e expansão do patriarcado não implica, necessariamente, desigualdade ou poder nem aponta a parte oprimida (SAFFIOTI, 2004, p.119). Por isso, o uso exclusivo do conceito de gênero não engloba a subjugação e exploração da mulher na sociedade.

Gênero é conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta um grande grau de extensão, mas baixo nível de compreensão. O patriarcado ou ordem de patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação/exploração (SAFFIOTI, 2004, p.148).

Não reconhecer e aplicar o conceito de patriarcado nos estudos e práticas em relação às mulheres e assumir uma postura que se presume neutra no processo de produção do conhecimento só legitima a coisificação e alienação das discussões. Afinal, a neutralidade esconde uma postura ideológica. O que não se assimila é que não há a necessidade de substituir um conceito por outro, de fortalecer a dicotomia, é possível utilizá-los de forma conjunta, algo muito mais construtivo para a teoria política feminista.

## 1.2. FEMINISMO: ONDAS E DEBATES

É preciso diferenciar as ondas e os debates internos do feminismo nas disciplinas, pois as ondas são utilizadas para delimitar os fenômenos históricos de desenvolvimento da luta das mulheres e da construção do feminismo através do tempo. Enquanto os debates sobre feminismo que ocorrem dentro das disciplinas, neste trabalho analisados apenas os das Relações Internacionais (RI), referem-se ao processo de inserção da discussão de gênero que ocorreu durante a consolidação da disciplina. Ainda que esses debates em algumas literaturas das RI sejam nomeados de ondas em certos momentos, isso não é feito com o mesmo objetivo (DA SILVA, 2013, p. 37).

### 1.2.1. Ondas do Feminismo

Antes das ondas, houve as primeiras manifestações e disseminação de ideias que foram categorizadas como feminismo pré-moderno ou profeminismo. Em seguida, ocorreu a primeira

fase do movimento feminista, categorizada como feminismo moderno, por ter sido influenciada pelo iluminismo (MIGUEL, 2007). Teve como principal obra “Reivindicando os Direitos da Mulher” de Mary Wollstonecraft (1792) que repercutiu pela Europa, Estados Unidos e até pelo Brasil, servindo de base para as militantes do século XVIII e XIX. Os ideais dispostos nesta obra animaram e influenciaram os movimentos feministas liberais até o século XX (MONTEIRO, 2014, p.53).

A primeira onda que começou na primeira metade do século XIX e se estendeu até o final do século XX, em especial nas décadas de 1920 e 1930, no Reino Unido e nos Estados Unidos, atrelada aos movimentos sufragistas. Lutava por direitos civis, e políticos para as mulheres, com foco nos contratuais, de propriedade e ao voto. Voltava-se para conquistas enquanto categoria universal, que não se prendia ao debate teórico ou a apenas um país, se dava pela atuação política simultânea e internacional, utilizando instituições como a ONU. E apesar de não acontecer efetivamente na América Latina e em outras regiões de maneira organizada, reverberou nas conquistas políticas locais das mulheres nesse período. Por isso, ganhou o caráter de onda e garantiu às mulheres o direito a cidadania e ao sufrágio universal (MONTEIRO, 2014).

A segunda onda teve início em 1960, fase do neofeminismo, marcada pelo surgimento das vertentes liberal, radical e socialista. O feminismo liberal define a situação da mulher na sociedade como desigualdade e não de opressão ou exploração, não consideram a exclusão da esfera pública o principal problema das mulheres. Suas pautas eram a inserção das mulheres no mercado de trabalho de maneira igualitária e os direitos individuais, para elas ambos poderiam ser conquistados através de reformas. Sua maior representante foi Betty Friedan, fundadora da Organização Nacional para as Mulheres (National Organization for Women - NOW), uma das organizações feministas mais importantes dos Estados Unidos nos anos sessenta (MIGUEL, 2007).

O feminismo radical foi criado por mulheres que integravam os movimentos pelos direitos civis e entendiam que estavam inseridas em um sistema, sexista, racista, classista e imperialista. Não estavam interessadas em políticas reformistas, mas em forjar novas formas de vida. Entendiam que a opressão das mulheres era derivada do capitalismo e do patriarcado, sistemas que privilegiam os homens. Consideravam que todos os homens recebiam benefícios econômicos, sexuais e psicológicos e não abriam mão destes. Por isso, era necessário organizar

de maneira autônoma, em grupos só de mulheres, para trabalhar a autoconsciência para que cada mulher soubesse identificar todas as suas opressões. Realizavam grandes marchas e atos polêmicos como a queima de sutiãs, sabotagem de comissões sobre aborto e a rejeição pública ao homens. Esses protestos tiveram impacto na sociedade americana, lhes rendia muita visibilidade e tinham o intuito de evidenciar o caráter de objeto e mercadoria da mulher no patriarcado. Os grupos radicais adotavam uma postura anti-hierárquica e se organizavam a partir do igualitarismo. Todas as mulheres eram consideradas iguais e possuíam a mesma situação de poder e fala, independente das suas experiência e conhecimento do próprio feminismo radical. Todas as novas militantes tinham que aceitar a linha ideológica e estratégica do grupo, mas uma vez dentro poderiam contestá-las. Essas contradições, a falta de estrutura e diversidade levaram o feminismo radical ao declínio (Idem, 2007).

O feminismo socialista também se firmava na luta contra o patriarcado e o capitalismo, mas não pregava a separação das lutas das mulheres. E teve mais influência na América Latina, onde o feminismo só ganha força a partir da segunda onda. E, inicialmente, foi associado às lutas da esquerda, já que uma parte significativa das mulheres que integravam a vertente provinham de ampla vertente das esquerdas (MONTEIRO, 2014, p.59). Logo, todas as lutas feministas eram também dos partidos de esquerda, o que fez com que as pautas feministas se disseminassem por todos os países da região. Os feminismos latino-americanos construídos nos anos oitenta tinham suas raízes nas lutas das mulheres socialistas, o que potencializou seu caráter internacionalista e expandiu a relação entre os movimentos feministas. Ao se articular entre si e formar movimentos internacionais, redes e organizações obteve-se mais visibilidade e influência perante as instituições e os Estados (MONTEIRO, 2014, p.64).

Os feminismos latino-americanos da segunda onda tinham uma perspectiva transformadora e denunciavam a subordinação das mulheres ao sistema patriarcal. De acordo com Saffioti (1969), mostrava que a organização social pregada pelo capitalismo restringia as mulheres ao âmbito privado, o que determinava o seu papel na divisão sexual do trabalho enquanto reprodutora e responsável pelos serviços domésticos. Essa situação faz com que a mulher não possua tempo livre para participação na sociedade, lhe privando dos espaços públicos e da construção da política.

Por esse motivo a principal contribuição da segunda onda é a demarcação do patriarcado, a politização do espaço privado e da mulher que o ocupa, a conscientização do “ser mulher”, do

direito ao seu próprio corpo e do seu papel enquanto sujeito político. E a exposição de temas, até então negados e camuflados pelo Estado e pela sociedade, como a violência doméstica, o estupro no matrimônio, o assédio sexual e a feminização da pobreza (MONTEIRO, 2014, p.62). Todos esses permeados pelos recortes de gênero, classe e raça.

A terceira onda surgiu por volta de 1980 e 1990, trazendo debates como o pós-feminismo, os feminismos da diferença e cultural e críticas às falhas da onda anterior. Constituída por jovens universitárias europeias e americanas atraídas pelos movimentos da segunda onda, mas que, talvez pelo seu local de formação, logo perceberam suas limitações. Afirmavam que não havia aceitação das diferenças, nem reconhecimento e legitimação real das outras e de suas trajetórias. (WALTERS, 2005, p. 123).

Essa nova geração não estaria de acordo com a homogeneização e com o sentido coletivo dos movimentos sociais, por estar mais consciente das suas particularidades. Definiriam o feminismo a sua maneira, a partir das suas vivências, enfatizando a dimensão pessoal da “opção feminista” e a micropolítica. Outro ponto importante das teorias “terceiro-ondistas” é a ampliação da relação homem-mulher para feminino-masculino, inserindo elementos culturais e sociais na discussão. A maior parte da produção teórica dessa onda advém do mundo anglo-saxão e da Europa (MONTEIRO, 2014, p.68-69).

Contudo, esses pensamentos ultrapassam as fronteiras nacionais e as experiências feministas reverberam no âmbito internacional devido às características e opressões em comum sofridas pelas mulheres mesmo em diferentes realidades. Os acúmulos conquistados pela atuação das mulheres, mesmo que de matrizes socialistas, liberais ou que não tenham qualquer influência de correntes ideológicas embasam iniciativas que se tornam ações internacionais (MONTEIRO, 2014, p.58). Iniciativas essas em constante expansão evidenciando que o internacionalismo é inerente a luta das mulheres.

### **1.2.2. Feminismo e Relações Internacionais**

É necessário justamente por esse caráter internacional diferenciar o desenvolvimento do feminismo e a concepção de gênero nas Relações Internacionais. Ao contrário dos processos históricos dos movimentos feministas e das ondas em que eles surgem na disciplina eles são debatidos de maneira conjunta. A discussão é colocada apenas enquanto categoria de análise

com o intuito de mudar o olhar das abordagens e das teorias das RI, trazendo um recorte de gênero que dá visibilidade a participação das mulheres na própria construção da disciplina e na sua atuação no Sistema Internacional.

Apesar de, inicialmente, a disciplina ser considerada “*gender-neutral*” pelos pensadores que determinam o *mainstream* dominante nesse âmbito (DA SILVA, 2013, p.25), autoras como J. Ann Tickner (1992) e Cynthia Enloe (1990) contrapuseram essa concepção trazendo experiências importantes para denunciar a não neutralidade do gênero dentro das RI. As mulheres foram inseridas historicamente nos conflitos entre Estados, sendo utilizadas para tratados de paz, defesas territoriais e casamentos dinásticos.

Para Andreia Da Silva (2013), por mais que essa noção de neutralidade em relação ao gênero estivesse enraizada na disciplina desde autores clássicos que a fundamentaram pela separação da esfera pública e privada. E, mesmo que esse tenha se constituído um campo masculinizado, a contribuição das mulheres, suas trajetórias, experiências e a utilização de seus corpos para promover relações econômicas e políticas não podem ser negadas.

Em relação às outras áreas do conhecimento as discussões de gênero nas RI foram tardias, pelas questões levantadas pelo feminismo não serem consideradas relevantes na esfera internacional. Isso se deve ao ocultamento e separação seletiva das teorias da ciência social que ocorre nas relações internacionais, que importam conceitos ligados a economia política e a tecnologia das ciências sociais, mas ignoram os conceitos sociológicos como os estudos sobre mulheres (HALLIDAY, 1999, p.161).

O reconhecimento das estruturas de gênero, a concepção de que este é sim parte dos processos que geram a disciplina e os debates de gênero dentro dela são recentes. São inseridos nas Relações Internacionais, no período em que ocorria a terceira onda do feminismo, no qual os estudos de gênero cresciam na academia, assim a inserção já ocorre com os acúmulos de gênero, localização econômica, raça, etnia e sexualidade.

A questão de gênero pode se apresentar de três maneiras nas relações internacionais: a primeira, “mulher como categoria” denunciando a invisibilização do papéis exercidos pelas mulheres nos processos históricos. A segunda, “gênero como epistemologia” criticando o ponto de vista masculino utilizado na formulação das teorias de RI (HALLIDAY; LIGHT, 1994). E a terceira “gênero como potencial ator internacional” identificando o indivíduo ou grupo social como possíveis atores emergentes do ato relacional por adquirir poder de decisão ou influência

(OLIVEIRA, 2011).

Dentro dessa lógica, Tickner (1992) afirma que ao adotar perspectivas metodológicas feministas se contribuiria para a formação de teorias que englobassem as experiências das mulheres. Não delimitando um método empírico específico, mas várias teorias feministas que fossem inserindo essas vivências em diferentes conhecimentos e desafiando os conceitos já estabelecidos. A contribuição de Enloe (1990) também se dá neste sentido, pois pensa a política internacional partindo do ponto de vista das mulheres. Politizando as práticas pessoais e mostrando que as RI não são restritas apenas às ações do Estado, mas também abrangem as dos indivíduos. E mostrando que é possível redefinir conceitos como poder, política, autonomia e cooperação para que reflitam o gênero através de novos métodos (STIENSTRA, 2000, *apud* DA SILVA, 2013, p.49).

Segundo Halliday (1999), a interação entre as mulheres e a esfera internacional faz parte dos processos transnacionais. Desde 1960 com a articulação de organizações e campanhas que atravessaram fronteiras, o papel da mulher na sociedade foi alterado. A politização do pessoal se tornou internacional e mudou as relações de gênero na economia, na política e na família, tornando as mulheres atores internacionais. Por este motivo, os estudos de gênero tendem expandir as abordagens, acrescentando discussões que podem reorientar as relações internacionais em direção a uma análise mais ampla tanto do comportamento interestatal quanto da interação entre os Estados e as sociedades.

A utilização de abordagens feministas e de gênero que evidenciem essa interação e reconheçam a posição da mulher no cenário internacional podem revelar aspectos ocultos das estruturas de poder e da política, das opressões e das violações de direitos. As epistemologias emolduradas por conceitos abertos e humanizantes convidam interessados, mesmo que de outras áreas e não necessariamente feministas, a realizar uma análise desconstrutiva e de auto-reflexividade para transformar as estruturas de poder e o paradigma hierarquizado dominante (MONTEIRO, 2014, p. 48-49).

### 1.3. FEMINISMO POPULAR

O feminismo popular advém da segunda onda do feminismo porque demarca o patriarcado e pontua a luta das mulheres em ações coletivas, em rede, a importância delas se

inserir nos espaços políticos da esfera internacional e, principalmente, a necessidade de transformação real das estruturas postas. Agrega a luta feminista com outras lutas dos movimentos sociais<sup>1</sup> na construção de um projeto popular. E se configura enquanto uma luta antissistêmica contra o patriarcado e o capitalismo que se apropria dos corpos das mulheres como mercadoria e força motriz (SILVA, 2016).

Estes sistemas de dominação, verdadeiros eixos de distribuição e conquista de poder, que se utilizam dos recortes de gênero, classe e raça, avançam sobre os corpos das mulheres numa verdadeira ofensiva que se manifesta através da violência sexista, em todas as suas formas. E não basta ampliar o campo de atuação das mulheres, que uma parte delas ocupe posições econômicas, políticas ou religiosas tradicionalmente reservadas aos homens. Essas conquistas não atingem a profundidade da dominação-exploração da categoria das mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado e as bases da sua estrutura continuam as mesmas (SAFFIOTI, 2004, p.114).

O sistema capitalista e o seu modo de produção potencializa as contradições presentes em todas as formações econômicas e sociais que existiam antes da sua implementação, pela apropriação privada do modo de produção e dos produtos do trabalho humano. Este se apropria também do âmbito público e do privado reforçando estruturas pré-existentes como o patriarcado e a de classes, limitando as potencialidades humanas e garantindo a submissão da mulher. A inferiorização da mulher se torna um elemento de alta relevância, pois a marginalização das suas funções produtivas facilitava a elevação do montante do seu trabalho excedente. Uma visão globalizadora dessa sociedade patriarcal e de classes só reitera os mecanismos de realização histórica do sistema capitalista, o que gera um processo de luta pela liberdade e pela existência (SAFFIOTI, 1969, p.53-59).

Esse debate sobre o lugar da mulher na sociedade de classes que predominou nos anos 1970 e 1980, hoje tem sido desenvolvido pelas articulações de mulheres, principalmente as vinculadas a movimentos sindicais e rurais. Isso ocorre porque esses movimentos populares se organizam em torno das identidades coletivas e da luta por direitos da classe trabalhadora e/ou camponesa, nas quais as mulheres estão inseridas. Assim, o feminismo popular se propõe a

---

<sup>1</sup> "Por movimentos sociais, neste trabalho entende-se aqueles que combinam um conflito social com um projeto político e cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social" (Touraine, 2003, p. 119).

organizar as mulheres a partir da formação sócio-histórica do feminismo e das lutas das mulheres na América Latina. E se constituiu de maneira contra-hegemônica, devido a ampla presença de mulheres populares e negras ao contrário da maior parte das experiências dos movimentos feministas, que são formados por mulheres brancas, acadêmicas e de classe média (SILVA, 2016, p.15).

Uma das maiores críticas aos feminismos da segunda onda, feita pelos feminismos da terceira onda, é a de que o patriarcado subsiste mesmo numa sociedade socialista. Mas diversas contradições a constituem, o que não significa que não há um grande esforço daqueles que constroem essa nova sociedade para que sejam realizados acúmulos teóricos e práticos e essas contradições sejam superadas. O patriarcado está impregnado em todo o corpo social, portanto para destruí-lo seria necessário reestruturar todas as formas de organização social desde o âmbito dos Estados ao Sistema Internacional.

Esse esforço é realizado cotidianamente pelos movimentos populares, que são mistos e mesmo assim buscam a equidade. E pode ser observado desde a experiência da Revolução Russa, em que Alexandra Kollontai, feminista e bolchevique, ministra no início do primeiro governo Lênin, percebeu que as demandas das mulheres eram secundarizadas e colocou a igualdade sexual em primeiro plano, teórico e prático, dentro do partido. Inseriu debates inovadores no movimento revolucionário, escrevendo sobre temas como a questão da família, moral sexual, participação das mulheres no partido e união livre que se caracterizaram como diretrizes no período pós tomada de poder (MIGUEL, 2007).

### **1.3.1. Leito histórico do feminismo**

O feminismo popular se propõe a contar a luta das mulheres trabalhadoras pelo poder, normalmente deixadas de lado na história geral do feminismo. Tem o seu processo de organização formulado a partir das experiências socialistas e revolucionárias, que são também experiências feministas, ainda que nos períodos em que ocorreram as vertentes não estivessem delimitadas. As mulheres que construíram esses processos renderam muitos acúmulos aos grupos organizados de mulheres posteriormente, principalmente os populares. Pois, as suas raízes socialistas e revolucionárias moldaram o seu entendimento da dominação/exploração das mulheres pelo patriarcado, delimitando assim as soluções almejadas e construídas por eles

cotidianamente.

Com o controle e a apropriação da propriedade privada e da produção social pelos homens, para as mulheres restou a função econômica da reprodução e o papel social do cuidado restritos ao espaço doméstico. A entrada no mercado de trabalho lhe acarretou duas jornadas, mas a produção doméstica permanece feminina porque a sua posição de subordinada é essencial para a manutenção do sistema capitalista. Por isso, a participação nas lutas revolucionárias tem um efeito libertador para as mulheres, já que essas estruturas que a exploram começam a ser questionadas e se tem o objetivo de transformá-las completamente. A participação feminina na construção do socialismo é necessária não apenas da sua força de trabalho, mas também da sua atuação política, pois se acredita na criação do novo homem e da nova mulher. A extensão e profundidade da libertação das mulheres são características de cada processo histórico e da forma como foram implementados (VAINSTOK; HENAULT, 1973, p.5).

O socialismo tem como proposta resolver a tradição entre trabalho e família. O trabalho doméstico seria transferido para a esfera pública, assim às tarefas que antes eram realizadas por milhares de mulheres não pagas em suas casas, seriam assumidas por trabalhadores assalariados em lavanderias, creches e refeitórios comunitários. Dessa forma as mulheres estariam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvincilhadas das tarefas domésticas. Seriam educadas e pagas igualmente, e seriam capazes de buscar seu próprio desenvolvimento e seus objetivos pessoais (GOLDMAN, 2014, p.21).

Na Revolução Russa, as mulheres além de cumprir as mesmas funções que os homens, eram membros dos grupos políticos revolucionários e também se organizavam em grupos especificamente femininos. Modificaram as legislações de propriedade, matrimônio, aborto e a própria concepção de família. Em Cuba, a libertação feminina chegou a ser chamada de “revolução dentro da revolução”, pois antes eram privadas de qualquer participação política e tiveram uma participação massiva nas guerrilhas e na luta contra a ditadura de Batista, ocupando postos de liderança. Após a revolução cinco dessas combatentes integraram o comitê central do Partido Comunista (VAINSTOK; HENAULT, 1973, p.7).

Na Nicarágua as mulheres que lutaram na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e em El Salvador na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) mostraram que é preciso radicalizar as práticas cotidianas, que o feminismo esteja presente em todos os aspectos da vida social e política, para que não sofram violência, por parte do sistema

ou dos seus companheiros. Se o feminismo não se amplia, não se populariza e não se radicaliza, não é possível formar uma democracia representativa, participativa e direta. Esta demanda mobilização da consciência crítica, formação política, socialização dos saberes, experiências alternativas e um internacionalismo crítico. Deve-se reconhecer todas as formas de luta cotidiana das mulheres, combater as formas tradicionais do sistema, as tradições políticas autoritárias e assim forjar um movimento com uma relação direta com o feminismo. (PIZARRO, 2005, p.3).

As mulheres participaram de vários processos políticos transformadores desse período, como o da Alemanha, da China e do Vietnã do Sul, no qual a igualdade e integração feminina foi garantida para que todas as tarefas necessárias a resistência fossem realizadas. A libertação das mulheres da opressão patriarcal e da exploração do seu trabalho são condições imprescindíveis de uma revolução verdadeira. E a história dos êxitos e fracassos das experiências internacionais só reforçam a importância da luta pela liberdade e pela reconstrução das estruturas dominantes (VAINSTOK; HENAULT, 1973, p.15). Esses processos de organização da luta das mulheres, principalmente as revoluções triunfantes de Cuba e da Nicarágua, geraram muitos acúmulos para os movimentos feministas populares latino-americanos que norteiam a sua organização e táticas de atuação. E faz com que compreendam o feminismo popular como práxis coletiva construída ao longo da história pelas mulheres trabalhadoras em luta e em movimento.

## 2. CONSTRUÇÃO DE RESISTÊNCIAS E DE UM PROJETO LATINO-AMERICANISTA

O quadro de lutas da América Latina<sup>2</sup> é permeado pela sua construção histórica, não é possível desvincular as opressões sofridas pelas mulheres e o desenvolvimento de suas resistências e do feminismo na região ao longo dos anos do contexto em que estão inseridas. Todavia, neste trabalho não se pretende se aprofundar nos processos nacionais e formações sociais específicas dos países, mas refletir a nível macro sobre as características comuns da construção de uma América Latina heterogênea. A colonização e a consolidação do capitalismo dependente e do imperialismo intensificaram as contradições locais, fortalecendo a concentração de poder econômico e político das classes dominantes, a dependência dessas economias periféricas em relação ao centro e o papel de subordinação da mulher e de outras minorias, pois sua inserção na sociedade de classes se dá pelo lugar que o capitalismo local ocupa no capitalismo mundial. Como forma de combater essa realidade surgiram resistências, lutas históricas e a necessidade de um pensamento unitário e de um projeto latino-americanista de fortalecimento e defesa através da integração regional.

### 2.1. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS RESISTÊNCIAS

As resistências se colocaram desde o primeiro momento da colonização, pelos povos indígenas que já habitavam a região e pelos povos escravizados trazidos para reforçar e auxiliar no processo de extração e produção agrícola, servindo de base explorada que permitiu a acumulação primitiva de capital e a consolidação do capitalismo dependente. Entretanto, foi a tomada de consciência de que o sistema de dominação/exploração implantado nos diferentes

---

<sup>2</sup> A expressão *Latin America* começa a ser utilizada pelos teóricos estadunidenses na década de 1920 como algo pejorativo e posteriormente é ressignificada pelos teóricos da região (FERREIRA, 2016, p.46). Segundo Feres Jr. (2009), sua origem negativa advém da percepção norte-americana do Outro como um completo oposto, interpretado por seus padrões da cultura protestante, democrática e pluralista. Apontava o atraso econômico, a falta de autonomia e a paralisia temporal latino-americana como resultado de sua cultura católica corrupta, submissa, preguiçosa, ignorante e indisciplinada que não permitiria o progresso e a mudança, o catolicismo era responsável pela sua incapacidade histórica. Este argumento foi utilizado pelos norte-americanos para justificar a penetração do capitalismo dos Estados Unidos nos países do sul, que segundo eles pelo contato realizaria uma reforma na cultura da região e propiciaria o desenvolvimento (FERES JR., 2009, p.68-75).

territórios os submeteu a mesma formação sócio-histórica que permitiu o reconhecimento de uma identidade comum e a necessidade de uma luta conjunta.

### **2.1.1. Elementos da formação do capitalismo dependente na América Latina**

De acordo com Ferreira (2016), a colonização da América Latina teve início no século XVI, protagonizada primeiramente por Espanha e Portugal, financiadores das grandes navegações com o objetivo de explorar as fontes de riquezas do “Novo Mundo”, implantando colônias de exploração. A retirada dessas riquezas se deu através de um processo violento de expropriação que foi fundamental para a acumulação originária do capital e para a consolidação de seu modo de produção. A acumulação primitiva começou com a exploração das minas de metais preciosos, extermínio e exploração da mão de obra de grupos originários e comercialização de cana de açúcar, produção voltada para abastecer a metrópole e o mercado europeu. Dessa forma, a organização social das colônias hispano-lusitanas formou-se em torno da estrutura econômica primário-exportadora, tendo como elemento principal da sua constituição o papel que desempenhou na acumulação originária do capital. Esta estabeleceu a lógica relacional dependente entre colônia-metrópole ou centro-periferia e forjou as bases da dominação externa e da dependência que perduraram mesmo após a independência desses territórios (FERREIRA, 2016, p. 48-52).

Entende-se enquanto dependência a situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas, que tem a expansão de suas economias limitada pela hegemonia a qual está submetida, já que somente esta determina as suas possibilidades. A situação de dependência é inerente ao sistema capitalista mundial, se manifesta historicamente e gera uma estrutura dependente em relação aos centros hegemônicos (BAMBIRRA, 1972).

A transformação capitalista nos países latino-americanos não rompeu por completo com alguns elementos das formas coloniais de exploração da força de trabalho, isso fez com que as classes dominantes se tornassem burguesas através e atrás do desenvolvimento do capitalismo. Essas classes travaram uma empreitada para garantir a submissão das classes subalternas e converter as formas coloniais de propriedade em formas capitalistas de propriedade e apropriação social. Como obtiveram êxito não houve uma degradação das estruturas pré-existentes como ocorreu na Europa, a estrutura quase que “estamental” se manteve. Assim, a

transformação capitalista nos países de origem colonial foi peculiar e gerou uma outra história do capitalismo (FERNANDES, 1981, p.92).

É impossível analisar o desenvolvimento capitalista latino-americano sob a mesma ótica do capitalismo nos países centrais, já que a colonização europeia instaura e desenvolve na região um modo de produção completamente desvinculado de um projeto de nação. Este deveria ser construído a partir de reformas aplicadas pelo Estado ou de uma burguesia nacionalista forte, o que não ocorreu, pois as burguesias latino-americanas não adotam os princípios nacionalistas, apenas buscam a melhor fonte de lucro e são detentoras do poder dos Estados (BOCCA, 2013, p. 13).

Apesar dos Estados Unidos também possuírem uma origem colonial, a sua relação com a metrópole e a própria formação colonial foram distintas. Se posicionavam de maneira oposta a dominação do capital e isso permitiu que após a ruptura com a metrópole se pensasse um desenvolvimento autônomo e nacionalizador. Nas outras Américas o capital mercantil ficou preso a estruturas históricas, as elites locais eram débeis em sua capacidade de decisão e não alimentaram a utopia capitalista, almejavam apenas vantagens de pequeno número para fortalecer a sua posição de poder. Essa erosão destrutiva da mentalidade capitalista foi decisiva para estabelecer o capitalismo dependente na região (FERNANDES, 1981, p.94-95).

A estrutura dependente que os países latino-americanos foram submetidos manteve o princípio econômico do colonialismo e mesmo que tenham se desenvolvido após a Revolução Industrial, foi um processo frágil e limitado que consolidou a subordinação pela dependência. Continuou-se na posição de exportador de produtos primários e importador de produtos de maior valor agregado das economias centrais. Desta maneira, o desenvolvimento do sistema capitalista à nível mundial reservou para a América Latina o lugar de subserviência na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). É importante ressaltar que a dependência latino-americana não é uniforme, os processos de industrialização dos países foram distintos, assim como os padrões de dependência nas formações sociais diversas, mas as características estruturais do capitalismo dependente se mantiveram (BOCCA, 2013, p. 16).

Uma dessas características é o que Ruy Mauro Marini (2005) define como a superexploração da força de trabalho nas formações sociais dependentes. A alta transferência de capitais para o centro gerava a necessidade de aumentar o lucro das atividades internas, para que o processo fosse rentável para as burguesias latino-americanas e possibilitasse a importação de

produtos de maior valor agregado e artigos de luxo. Deste modo, com a intensificação do trabalho, o aumento das jornadas e do trabalho excedente configurou-se um modo de produção que garante um aumento extraordinário no lucro através do aumento da exploração do trabalhador e não de sua capacidade produtiva. O que assegura as importações das burguesias latino-americanas e conseqüentemente a produtividade das economias centrais pela deterioração da qualidade de vida do trabalhador. A perpetuação dessa dependência estrutural evidencia que o desenvolvimento dessas economias e do capitalismo mundial é resultado do subdesenvolvimento latino-americano, materializado pelo estabelecimento da Divisão Internacional do Trabalho (MARINI, 2005).

Após o estabelecimento do capitalismo dependente enquanto realidade histórica teve início o seu estágio imperialista e monopolista que intensificou a dominação e exploração latino-americana. Este não é apenas um modo particular do capitalismo, mas uma consequência necessária do processo que permite a sua evolução e sobrevivência. O imperialismo é resultado da expansão do capitalismo monopolista e para alcançar este estágio alguns elementos são essenciais como o surgimento do capital financeiro, a concentração da produção e do capital e a formação de uma união monopolista internacional, de uma burguesia financeira (BOCCA, 2013, p.18).

O desenvolvimento do capitalismo, em sua etapa monopolista, enquanto sistema mundial estreitou as relações entre os grupos políticos e capitalistas com base na partilha do mundo para garantir territórios econômicos. As economias centrais não mais exportavam apenas mercadorias, sua projeção advinha da exportação de capital. A Inglaterra que foi o primeiro país a se tornar capitalista e que pretendia ser “a oficina do mundo” teve seu monopólio enfraquecido já no século XIX, pois os outros países também se tornaram capitalistas e diminuíram as importações dos seus produtos. Mas como a industrialização e colonização permitiram uma grande acumulação de capital nas economias centrais e a formação de grupos capitalistas com grande quantidade de capital excedente percebeu-se que a sua exportação era um instrumento para dar continuidade a dominação, o monopólio que surgiu no início do século XX foi o do capital (LENIN, 1917, p. 93-98).

Este foi um meio de garantir encomendas, suprimir a concorrência e consolidar laços com as colônias e países independentes, propiciado pela fusão do capital bancário com o industrial. Assim, se consolidou uma superestrutura extra-econômica baseada no capital

financeiro e na sua política internacional de disputa entre as grandes potências pela partilha econômica e política do mundo tendo a dependência como fator primordial. Mesmo que os países fossem politicamente independentes na prática estavam submetidos a dependência financeira e diplomática, formando “semi colônias”, verdadeiras colônias comerciais, que é o caso da América do Sul em relação ao imperialismo britânico (Idem, p.119).

A devastação da Europa na Primeira Guerra Mundial foi responsável pela redução do papel da Inglaterra no cenário internacional e a reconstrução europeia fortaleceu a economia estadunidense, o que foi determinante para a expansão imperialista norte-americana. Os Estados Unidos enxergaram na América Latina o território econômico e político ideal para a sua dominação. Justificando-a com a Doutrina Monroe, pregava a América apenas para os americanos, sem intervenções externas nos assuntos dos países do continente. Uma estratégia política utilizada para legitimar a sua atuação como ajuda, até mesmo através de intervenções militares para manter regimes que garantissem a liberdade de ação dos interesses norte-americanos e alinhassem a política externa dos países latino-americanos a sua, estabelecendo-se enquanto nova potência imperialista na região (GUIMARÃES, 2002, p.100).

### **2.1.2. O surgimento de um projeto de unidade latino-americana**

Frente à conjuntura de dominação e exploração imposta pelo processo de colonização e pelas transformações capitalistas, surgiu no século XIX o pensamento de unidade e resistência latino-americanista. Uma tentativa de integração pensada inicialmente por Simón Bolívar, um importante lutador que atuou diretamente na independência das colônias hispano-americanas. Acreditava que um governo confederado formado pelas novas repúblicas da região era possível devido à história compartilhada, por possuírem a mesma língua, a mesma formação social, econômica e política. E entendia essa unidade como principal meio de defesa para futuras investidas de recolonização. Colocou todas essas ideias na Carta da Jamaica de 06 de setembro de 1815, sendo pioneiro na luta pela unidade latino-americana, para Bolívar a América era sua pátria.

Segundo Ferreira (2016), na busca por segurança e autonomia em 1826 foi realizado o Congresso do Panamá, um passo rumo à construção da unidade e da confederação, mas como não houve a participação almejada a proposta não foi concretizada. Todo o processo construído

até então se desintegrou definitivamente em 1830 e as nações continuaram a mercê das potências hegemônicas. Ainda assim foi um marco fomentado no imaginário coletivo, que fez com que a integração fosse impulsionada e restringida de acordo com os momentos históricos, tornando este um tema inerente à história da América Latina (FERREIRA, 2016, p. 71-72).

Outro significativo personagem da construção desse projeto aparece no final do século XIX, José Martí, cubano exilado por suas pretensões independentistas e seu protagonismo nessa luta, viveu cerca de 15 anos nos Estados Unidos o que lhe fez perceber as distinções brutais entre a América dos norte-americanos e o resto do continente. Era preciso conter a marcha imperialista estadunidense sobre a Hispano América e a forma de realizar essa contenção era garantindo a independência e a liberdade dessas nações. Cuba teria papel importante nesse projeto transformador, pois a retirada de seu status de colônia seria um protótipo para as outras nações, além de diminuir a influência norte-americana. A partir desta concepção formulou o conceito de Nuestra América, pelo qual mostrava que havia uma identidade continental diversa, de povos novos culturalmente distintos, marcados por um destino comum que deveriam se unir na luta revolucionária para enfrentar o colonialismo e o imperialismo nascente em busca da sua autonomia (SILVA, 2013, p. 18-20).

As dívidas de honra o honrado não cobra em dinheiro, mas pela bofetada. Já não podemos ser o povo de folhas, que vive no ar, carregado de flores, estalando ou zumbindo, conforme a acaricia o capricho da luz, ou seja, açoitado ou podado pelas tempestades; as árvores devem formar fileiras, para que não passe o gigante das sete léguas! É a hora da avaliação e da marcha unida, e deveremos marchar bem unidos, como a prata nas raízes dos Andes (MARTÍ, 1891).

Apesar de não terem alcançado seu objetivo central, ambos deixaram um legado para o pensamento latino-americanista e para as novas tentativas. Um acúmulo em obras e escritos que advém da prática, uma tradição que se perpetuou na produção intelectual da região voltada para o desenvolvimento e nas lutas posteriores formuladas a partir de um pensamento social e econômico latino-americano. O mais importante desse legado é o reconhecimento de uma identidade latino-americana, das características comuns e de uma saída possível para combater o domínio e a influência das economias centrais na América Latina, é a compreensão de que é através da unidade entre os povos e dos acúmulos obtidos em seus processos históricos que se constrói a resistência e de que a sua autonomia não é um objetivo simples, porém alcançável.

Entretanto, a integração, além de autonomia e defesa também pode ser utilizada como uma ferramenta de projeção no cenário internacional e pode consolidar uma hegemonia regional,

algo percebido rapidamente pelos Estados Unidos. Para perpetuar o crescimento da sua economia e a inserção nas economias latino-americanas criou o Pan-americanismo, baseado na Doutrina Monroe e convocou os Estados do continente para a Conferência Internacional Americana (1889-1890) para formar uma integração continental e estabelecer seu domínio pela União Pan-americana. Esse antagonismo das propostas de Bolívar e Monroe explicita a disputa entre dois projetos políticos para a região latino-americana que se mostraram presentes em diferentes experiências e arranjos regionais. Durante meio século o pan-americanismo se sobressaiu e desencadeou o aprofundamento da fase monopolista do capitalismo. Vários pensadores refletiram sobre a condição estrutural do desenvolvimento tardio da América Latina, com destaque para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) (FERREIRA, 2016, p.76).

A Cepal foi criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de entender o atraso econômico e capitalista da região periférica em relação às economias centrais. Tinha como expoentes Celso Furtado, Ignacio Rangel, Aníbal Pinto, Raúl Prebisch e Argüiri Emmanuel, que pautavam que a periferia tinha sua economia baseada na exportação de produtos de menor valor agregado e isso gerava desvantagem nas relações econômicas e a deterioração do valor de troca dos produtos, já que importavam produtos de maior valor agregado das economias centrais. Este era o principal fator que causava a subordinação da periferia e o desenvolvimento desigual, o lugar que ocupava na Divisão Internacional do Trabalho, portanto para avançar era preciso aplicar políticas planejadas para a América Latina e fortalecer sua industrialização (BOCCA, 2013, p.19).

É importante ressaltar que os teóricos da Cepal pretendiam resolver os problemas estruturais do capitalismo dependente da região, através de um desenvolvimento capitalista menos desigual. Em seu texto Pedro Paulo Bocca (2013) aponta que, para alcançar este objetivo seria necessário desenvolver uma burguesia interna industrial, o que geraria autonomia, desfavorecendo a burguesia aliada ao imperialismo estadunidense e diminuindo sua influência na região. Neste mesmo período começou um ciclo de lutas sociais na América Latina e expansão dos ideais comunistas, tendo como ápice a Revolução Cubana de 1º de Janeiro de 1959, o que, devido ao contexto da Guerra Fria fez os Estados Unidos reforçar sua dominação apoiando golpes militares e estagnar o processo desenvolvimentista cepalino. As ditaduras não possuíam acúmulo de capital dependiam do investimento estrangeiro para fomentar a industrialização o

que causou um endividamento externo. Por isso retomaram alguns aspectos desenvolvimentistas ao longo de seus governos, mas a dependência financeira já havia se acentuado e os altos juros do capital imperialista causaram aprofundamento da “crise da dívida”.

## 2.2. ARTICULAÇÃO REGIONAL POR UM PROJETO LATINO-AMERICANISTA NO SÉCULO XXI

No fim dos anos 1970, um novo padrão de dominação imperialista é pavimentado na região, pois o cenário que se tinha era o do fracasso do desenvolvimentismo explicitado nas altas dívidas externas e na fragilidade das economias latino-americanas. Neste contexto:

Existem distintos projetos políticos para a América Latina. Katz (2010) aponta que há três projetos em disputa nos processos de integração regional em curso. O primeiro é o projeto imperial encabeçado pelos Estados Unidos, que se materializava na proposta da Alca, mas que depois de sua derrota, vem se conformando através de iniciativas de livre comércio por meio de tratados bilaterais com países como Peru, Colômbia, Chile e México. A expressão desse projeto na atualidade é a Aliança para o Pacífico, bloco comercial fundado em 2012, no qual participam os quatro países supracitados. Em segundo lugar, estaria o regionalismo capitalista, representado pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), que procura articular regionalmente os interesses das classes dominantes latino-americanas com a liderança da burguesia brasileira. O terceiro projeto seria o da integração bolivariana, que tem como liderança a Venezuela. Este projeto de cunho anti-imperialista buscaria promover arranjos regionais por meio do intercâmbio solidário e cooperativo (FERREIRA, 2016, p.33-34).

O primeiro projeto se constituiu também por iniciativas já estabelecidas como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement - NAFTA) e novos tratados que aumentaram o mercado e domínio estadunidense na região. O segundo voltou-se apenas para a América do Sul, visando a sua expansão também pelo livre comércio. E o terceiro retomou o ideal de unidade e autonomia dos povos de Símon Bolívar, construído e apoiado pelos movimentos sociais e materializado na Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA).

### 2.2.1. Formação de um bloco anti-neoliberal na América Latina

Pedro Paulo Bocca (2013) afirma que, o forte endividamento externo dos países de capitalismo dependente gestado desde os anos 1970 tomou força na década de 1980 e fez com que esta ficasse conhecida como a “década perdida”, marcada pelos reflexos de uma grande crise

do capitalismo e pelo choque do petróleo que afetou as economias latino-americanas e também os Estados Unidos. A saída aplicada pelos Estados latino-americanos para essa conjuntura foi construída essencialmente pelas organizações financeiras internacionais, que defendiam uma nova política econômica, o neoliberalismo. Uma doutrina que previa um novo modelo de gestão da expansão capitalista mundial que tinha como pontos centrais o livre mercado e a diminuição do papel do Estado, que não mais regulamentaria a distribuição de recursos e serviços, pois a competitividade do mercado por si só promoveria uma distribuição eficiente. E qualquer limitação dos mecanismos do mercado seria um ataque à liberdade, a única função do Estado seria garantir a segurança das empresas e propriedades privadas e a repressão da classe trabalhadora (BOCCA, 2013, p. 23-26).

É preciso ressaltar que as dívidas externas foram contraídas ou aumentadas pelos regimes ditatoriais para fomentar a industrialização e também para favorecer os grupos econômicos concentrados e sua posição no mercado. O acúmulo dessas dívidas se tornou um peso para os governos democráticos surgidos na década de 1980 em plena “crise da dívida”, que se acentuou nos anos seguintes, pois estes deram continuidade às permanentes tomadas de empréstimo para alimentar a especulação financeira. Isso aprofundou a dependência econômica dos organismos internacionais e a influência imperialista, fazendo com que a questão da dívida externa se tornasse um eixo de luta permanente dos movimentos de resistência, desenvolvendo uma campanha continental, na qual Cuba teve um papel fundamental. Em 1985 foi realizado o Encontro sobre a dívida externa da América Latina e do Caribe, em Havana, para reivindicar a anulação da dívida de todos os países do Terceiro Mundo. E, apesar de não contar com a participação dos governos, muitas organizações populares, movimentos sociais, sindicais e partidos políticos participaram, fazendo do encontro um importante espaço mobilizador das manifestações populares e enfrentamentos sociais seguintes (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p.69-70).

Segundo Ferreira (2016), a tomada de consciência da dimensão da dívida e da impossibilidade do seu pagamento gerou uma articulação diplomática no subcontinente para discutir essa questão em instâncias multinacionais e abriu espaço para a unidade e a retomada de projeto de integração latino-americanista. A construção de instâncias regionais se torna um meio para solucionar os problemas compartilhados por economias tipicamente periféricas e fazer pressão sobre as economias centrais dominantes. A integração regional é trazida de volta para o

primeiro plano para combater a estagnação econômica através da reunião de esforços e políticas de concertação, que resultaram no Mecanismo de Consulta e Concertação e nas articulações para a Integração Brasileiro-Argentina. Porém essa articulação se ateve ao âmbito econômico e na tentativa de enfrentar a crise de maneira conjunta a solução apontada para o endividamento foi a adoção de medidas liberalizantes, reiterando a dependência estrutural (FERREIRA, 2016, p.79-80).

Com o intuito de promover as políticas neoliberais em 1989 o Institute For International Economics convocou o encontro “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?” na capital estadunidense, além da participação dos países americanos também estavam presentes o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Não possuía um caráter oficial e deliberativo, mas formulou uma série de reformas que deveriam ser aplicadas pelos organismos financeiros e pelos governos da América Latina com o apoio dos Estados Unidos. Este foi um marco da dependência neoliberal da região intitulado de Consenso de Washington, um instrumento ideológico aplicado de forma maestral que garantiria a redução dos déficits comerciais norte-americanos com o mundo por meio da conquista de saldo comercial com as economias latino-americanas. Essa se daria pela liberalização comercial e financeira, privatizações, diminuição dos Estados nacionais na economia, flexibilização dos direitos trabalhistas e repressão às lutas sociais. O FMI e Banco Mundial foram instrumentos condicionantes para a consolidação das políticas do Consenso de Washington, já que com o monitoramento fiscal assegurava a política de endividamento neoliberal e a transferência e privatização de capital. Desta maneira começou uma nova etapa do capitalismo, a integração neoliberal reforçou e expandiu a hegemonia imperialista liberal a nível mundial e reiterou a dependência estrutural (BOCCA, 2013, p. 24-27).

Nesse contexto, a Cepal reorienta sua análise para a integração regional e propõe um modelo que defende a implementação de políticas neoliberais e a abertura dos mercados, mas com o intuito de obter uma competitividade que não fosse desonesta voltada para a formação de blocos regionais. Este foi denominado de regionalismo aberto, de cunho eminentemente comercial e orientado pelo Consenso de Washington, a partir do qual surgiram processos de integração como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement - NAFTA), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Pacto Andino e a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A hegemonia do regionalismo aberto na

década de 1990 desencadeou o aumento da influência do projeto político norte-americano de integração para a América Latina que materializa os interesses do seu imperialismo na ALCA (FERREIRA, 2016, p.80-81).

O avanço do neoliberalismo foi vitorioso no campo político, econômico e ideológico, assegurou as privatizações, o desmonte dos Estados nacionais latino-americanos e reafirmou a dependência da região. Mas faltava um mecanismo jurídico que garantisse legalmente este domínio, a integração neoliberal, a ALCA. Que começou a ser formulada em 1990, por George Bush como Iniciativa para as Américas, que não possuía prazos delimitados, mas tinha como meta a criação de uma área de livre comércio que englobasse todo o continente americano. Em 1994 Estados Unidos, Canadá e México iniciam a aplicação do NAFTA e no mesmo ano na Cúpula das Américas o então presidente norte-americano Bill Clinton propõe a ALCA para os 34 países presentes, uma extensão do NAFTA que contemplaria os países da América Latina e Caribe, com exceção de Cuba (BOCCA, 2013, p.41).

Em seu trabalho Bocca (2013) mostra que, o tratado tinha como principais medidas a abertura dos mercados, o rompimento das barreiras protecionistas e a não discriminação entre empresas e investimentos internos e externos, todos disputariam igualmente os serviços, contratos públicos dos governos, agricultura, direitos de propriedade intelectual e subsídios. As empresas já consolidadas e multinacionais teriam grandes vantagens na competitividade do mercado, mas as consequências desse processo para as economias latino-americanas seriam devastadoras. Seu desenvolvimento industrial e tecnológico seria comprometido e por não possuir as mesmas condições de competir com empresas e Estados mais ricos e estruturados só reforçariam a Divisão Internacional do Trabalho. E acompanhando o discurso econômico possuía uma série de medidas político-militares como a defesa das democracias liberais, a luta contra o narcotráfico e o terrorismo<sup>3</sup>, o Plano Colômbia e outras ações que aumentariam a interferência e controle estadunidense, legalizando a manutenção da sua hegemonia na América Latina. Entretanto, apesar de ter o apoio dos governos latino-americanos da época, as contradições internas da potência imperialista, como dificuldades econômicas internas e a paralisia política resultante da invasão do Afeganistão, atrasaram a aprovação da ALCA, criando

---

<sup>3</sup> Inserido após o 11 de setembro de 2001, na prática tinha como objetivo reforçar políticas não-institucionais de combate aos movimentos sociais.

condições para a organização de movimentos de resistência no interior dos países (Idem, p.42-51).

As consequências do neoliberalismo para os povos latino-americanos foram avassaladoras, mas a reação popular já havia germinado no continente. O fim das ditaduras militares gerou o crescimento da militância social, política e cultural, pois uma parte considerável dos jovens desta década se engajou no ativismo através de partidos políticos, movimentos sociais e estudantis que haviam sido postos na ilegalidade e que retornavam às suas atividades após a repressão. Nos países centro-americanos o cenário era oposto, houve um levante revolucionário protagonizado pela Nicarágua com a Revolução Sandinista e pela guerra civil de El Salvador, mas foi sufocado pelo boicote econômico e forças contrárias financiadas pelos Estados Unidos. A maioria das resistências populares latino-americanas sofreu o impacto causado pela queda do campo socialista e pela vitória do capitalismo neoliberal, muitas foram desativadas ou desarticuladas e as que resistiram sofreram um processo de isolamento pelas políticas neoliberais (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p.68).

Paula Klachko e Katu Arkonada (2017) ressaltam que, é válido lembrar que uma das bases da integração neoliberal era o dismantelamento das organizações sociais, mas cada vez mais obstáculos eram colocados pelas lutas populares e pelos movimentos sociais a este processo. Os saques feitos pela população e o movimento piqueteiro na Argentina, o Caracazo e a tentativa de derrubar o governo neoliberal em 1992 na Venezuela, o surgimento do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e a formação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)<sup>4</sup> no México são exemplos do início de um novo ciclo de rebeliões populares contra as políticas neoliberais derivadas do Consenso de Washington, que geram acumulação e constituição de força social para lutas mais sistemáticas. Tendo como características principais a tomada de consciência política coletiva e de solidariedade de interesses na tentativa de conquistar igualdade política e jurídica com os grupos dominantes para participar da legislação e

---

<sup>4</sup> Foi formado em 1994 e apresentada à sociedade mexicana no mesmo dia que seria assinada a entrada do México no NAFTA, foi resultado de trabalho de base nas comunidades indígenas. Não possuía grande capacidade militar, mas conseguiram bases importantes de apoio dentro e fora do país, desenvolviam iniciativas políticas para compensar os golpes e baixas sofridas. Lutavam pelos direitos dos povos indígenas, contra a integração neoliberal e pela democracia, obtendo avanços populares significativos. Inicialmente alcançaram boa parte de suas demandas, legalizadas pelos Acordos de San Andrés e da Lei de Comissão Bicameral de Concórdia e Pacificação, mas em 1996 foram desconsideradas pelo governo de Ernesto Zedillo. Sua luta ficou conhecida como Zapatismo e foi tomada exemplo para as lutas posteriores, já que foi a primeira movimentação voltada diretamente para o combate do processo de integração neoliberal (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p.73-74).

administração dos Estados e assim alcançar a transformação das relações de poder (Idem, p.71-89).

O EZLN declarou guerra ao governo neoliberal de Salinas de Gortari, então presidente do México, chamou o povo para ir às ruas, ocupou prefeituras e prédios públicos mobilizando as populações locais e atraiu a atenção da mídia internacional, mas a alta repressão não permitiu que sua atuação se espalhasse por todo o país. Em 1997, organizações sindicais do Brasil, Canadá, Estados Unidos e México se reuniram para propor uma articulação continental contra o neoliberalismo e a ALCA, a Aliança Social Continental (ASC), que convocou para o ano seguinte a “I Cumbre de los Pueblos”, no México. No mesmo ano Hugo Chávez se elegeu como presidente da Venezuela, com uma campanha baseada na crítica ao neoliberalismo e a ALCA, sua vitória foi resultado de um processo popular construído desde o Caracazo em 1989 e da sua participação na tentativa de derrubada do governo neoliberal em 1992 (BOCCA, 2013, p. 53).

As iniciativas imperialistas locais e internacionais avançavam para dar continuidade a dependência estabelecida. Mas novamente dois projetos políticos de integração estavam em disputa. A experiência mexicana e venezuelana permitiram que as mobilizações anti-neoliberais colocassem a unidade, o desenvolvimento e a autonomia dos Estados latino-americanos em pauta novamente, tornando a região o centro da luta anti-neoliberal no mundo. A eleição de Hugo Chávez inaugura um novo período na história da América Latina, de construção das lutas em nível regional e de articulações internacionais de partidos políticos, movimentos sociais, ONGs e governos progressistas pela defesa dos interesses dos povos latino-americanos.

### **2.2.2. Exercício do internacionalismo pelos movimentos sociais**

Para Andréia Galvão (2008), a década de 1990 foi uma fase de eclosão das organizações populares a nível regional e internacional e de defesa da identidade e dignidade dos povos latino-americanos, nela se formaram articulações importantes para a continuidade de lutas históricas do continente. Alguns movimentos rurais, sindicais, urbanos, feministas e indígenas já existiam, mas nesse período se tornam mais expressivos e conhecidos para além de seus países de origem. Alguns foram gerados pela conjuntura, organizados por forças sindicais ou de maneira espontânea, fora das estruturas institucionais e partidos políticos tradicionais. Suas origens são distintas, mas um aspecto em comum e responsável pela unidade é que se constituem enquanto

reação ao neoliberalismo são movimentos que reagem à pobreza, ao desemprego e a precarização. Por isso possuem uma abrangência social ampla, sendo formados por indígenas, mulheres, jovens, trabalhadores urbanos e camponeses, o que faz com que sua luta além da opressão econômica também enfrente a opressão sócio-cultural. Diferenciam-se nas correntes político-ideológicas e na forma de atuação, condicionadas pelas tradições locais, buscam novas formas de participação através de práticas de autogestão, ações de solidariedade e assembleias comunitárias. Também utilizam mecanismos históricos do movimento operário como barricadas, piquetes, bloqueio de estradas, meios de comunicação e ocupação de fábricas e terras.

Esses movimentos contribuem para politizar a sociedade civil, ampliando as fronteiras da política e da cidadania, aumentando a participação democrática e lutando por mudança nas relações de poder/sociais e com o Estado. Porém, a novidade desses movimentos não se deve ao seus sujeitos, suas demandas ou suas formas de luta, pois já se manifestaram em outros momentos históricos. O que os difere das situações anteriores é a conjuntura, esta novidade reside na conjunção de todos esses elementos marcados pelo neoliberalismo. Mesmo com contextos internos e conteúdos políticos variáveis há uma articulação entre identidades étnicas e ocupacionais e a condição de classe, que têm em comum o fato de partilhar uma ideologia anti-neoliberal (GALVÃO, 2008, p.19-22).

Alguns desses movimentos passam a realizar e defender resistências e mobilizações simultâneas que obtivessem maior impacto como um meio político de expansão democrática adequado e legítimo. Um exemplo eram as ocupações de empresas transnacionais evidenciando o quanto eram nocivas ao meio ambiente e à participação social dos excluídos na produção social da riqueza. Essas ações conjuntas geraram uma tendência e os movimentos sociais passam a atuar cada vez mais em rede, que em determinados momentos se contrai em suas especificidades e em outros se amplia na busca por emancipação política (SCHERER-WARREN, 2008, p.506).

As redes transnacionais de movimento sociais surgem como um campo de ação de práticas coletivas e como uma forma de organização política mais horizontal. A renovação dos eixos de luta estabeleceu novas alianças e coalizões de movimentos pela transformação social, voltados para um projeto de integração regional para os povos. As redes emergem como a expressão de um novo sujeito social que expande sua escala de intervenção política para fazer frente ao neoliberalismo e lutar pela justiça social global, dando visibilidade aos ataques da

burguesia contra as territorialidades camponesas e indígenas e articulando interesses coletivos num marco supranacional mais amplo. Alguns exemplos são as redes criadas pelos camponeses como a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) e a Via campesina, pelo movimento feminista como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e pelos movimentos sindicais como a Aliança Social Continental (BRINGEL; FALERO, 2008, p.277-279).

Estas atuam numa esfera pública mais ampliada, desenvolvendo estratégias políticas e propostas pragmáticas em torno de suas necessidades, das suas noções de direitos, conectando espaços locais com espaços nacionais, regionais e internacionais, com um sentido emancipatório frente ao projeto do capital. E a partir do encontro da pluralidade de demandas, de lutas por reconhecimento específico, de definição de conflitos e de adversários particulares e sistêmicos e partindo de um projeto popular mais amplo de integração latino-americana, que contemple a participação política e autônoma de sujeitos coletivos, que os movimentos populares, através de suas redes, fortalecem o continente, servindo de referência para vários governos (SCHERER-WARREN, 2008, p.514).

Essa prática política dos movimentos sociais pode ser compreendida enquanto construção do internacionalismo, pois transcende as suas nações de origem caminhando para uma comunidade mais ampla para enfrentar o avanço imperialismo estadunidense (ANDERSON, 2005, p.15). O conceito de internacionalismo possui uma tradição marxista, ainda que a burguesia também o exerça, este se manifesta na América Latina como um internacionalismo socialista, marcado pelo recorte de classes defende a unidade entre a luta de classes nacional e internacional, pois há uma solidariedade internacional dos explorados. Uma realidade histórica em que os trabalhadores e as outras camadas sociais ultrapassam a ideologia nacional por se identificarem com as opressões sofridas pelos outros sujeitos sociais. Essa construção pode ser percebida na formação e consolidação da CLOC e da Via Campesina que ocorreu no momento em que o neoliberalismo gerou impactos no campo e se tornou necessária a definição de uma estratégia de luta internacional dos movimentos rurais para enfrentá-lo. Outro momento importante foi a união da CLOC e da Via Campesina com outras organizações e movimentos populares para a formação da Campanha Continental de Luta contra a ALCA e a participação no Fórum Social Mundial (FSM) (RUBBO, 2012).

O FSM teve sua primeira edição no ano de 2001 em Porto Alegre foi um importante espaço articulador dos processos de resistências no âmbito da América Latina. Teve a participação de movimentos sociais, organizações não governamentais e do governo venezuelano, se transformando, nos primeiros anos, em uma clara frente anti-neoliberal envolvendo todas as organizações que faziam frente ao neoliberalismo e contribuindo para a recomposição de uma iniciativa popular no continente (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p.84-85).

Para Bocca (2013), estas centenas de organizações de todo o mundo firmam e assinam um pacto internacional contra as medidas neoliberais, sintetizado na Declaração dos Movimentos Sociais. Assim se inicia o processo de unidade contra a ALCA e no segundo FSM, em 2002, é lançada a Campanha Continental de Luta contra a ALCA, este ano foi marcado por ações populares contra a assinatura do tratado em vários países do continente. Neste período o Brasil se destaca, difundindo bandeiras de luta contra a ALCA, congregando diferentes setores da sociedade e realizando um plebiscito popular, no qual 92,38% da população foi contra a assinatura do tratado. No mesmo ano Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, outro presidente progressista que teve sua campanha baseada na luta contra o neoliberalismo, seguido por Néstor Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Michelle Bachelet no Chile, Rafael Correa no Equador, Daniel Ortega na Nicarágua, Manuel Zelaya em Honduras, Fernando Lugo no Paraguai e Tabaré Vázquez, mostrando que a luta contra a integração neoliberal atingiu também um estágio institucional consolidando um campo governamental/institucional crítico ao modelo imposto pelo Consenso de Washington (BOCCA, 2013, p. 55-57).

Mariana Davi Ferreira (2016) afirma que, em 2004 começa a se delinear o projeto de integração bolivariana apresentada pela Venezuela como uma alternativa à ALCA, refletindo ideias anti-neoliberais e de oposição à hegemonia norte-americana e retomando o projeto de Simón Bolívar para os povos latino-americanos. Formulada pela política externa venezuelana propunha uma integração de conteúdo humanista ao invés de puramente comercial abrangendo o âmbito político e social. No que tange a integração econômica fazia oposição ao modelo de regionalismo aberto e tinha como princípio o desenvolvimento endógeno, que tinha como ideia central superar as desigualdades e assimetrias internas das nações subdesenvolvidas através da complementaridade produtiva. Esta incluía como princípios o desenvolvimento sustentável, uma

estratégia de integração energética, impulsionar os mercado interno dos países e o fortalecimento do papel do Estado na economia (FERREIRA, 2016, p.147-150).

A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)<sup>5</sup> inicialmente é pensada por Venezuela e Cuba para o âmbito institucional, era uma proposta mais brusca de integração regional que possuía uma forte carga de autonomia e se baseava em um projeto político que deveria ser comum para os países que se interessassem. Isso fez com que somente os países com maior proximidade territorial e afinidade política buscassem a integração nos termos da ALBA<sup>6</sup>, aqueles que já faziam parte do MERCOSUL optaram por fortalecer este instrumento. Em novembro de 2005 ocorre a IV Cúpula das Américas, na qual o projeto neoliberal é derrotado pelo campo político formado nas lutas anti-neoliberais, mas não destruído, colocando em xeque a hegemonia estadunidense na região (BOCCA, 2013, p. 58).

Na mesma Cúpula é lançado por Evo Morales o conceito de Diplomacia dos Povos, que constitui a inserção de outros sujeitos políticos, além dos Estados e governos, na construção da integração regional latino-americana e caribenha. Reconhecendo os movimentos sociais enquanto sujeitos políticos e a importância da atuação na luta contra a ALCA, em que estes formaram um bloco anti-neoliberal e se articularam em nível regional e internacional, exercendo a diplomacia dos povos. Esta seria um instrumento de democratização das relações internacionais que através da participação dos povos além de suas fronteiras também construiria o internacionalismo. Como espaço concreto dessa diplomacia foi criado o Conselho de Movimentos Sociais na Estrutura Organizativa da ALBA e a *Articulación de los Movimientos Sociales hacia el ALBA*, constituindo a participação dos movimentos sociais como um elemento central na integração bolivariana (FERREIRA, 2016, p.160-161).

A ALBA possui uma estrutura organizativa baseada em conselhos, o Conselho de Presidentes, principal instância de deliberação, o Conselho Social, o Conselho Econômico, o Conselho Político e o Conselho de Movimentos Sociais. Este é o principal mecanismo de participação social e a expressão da diplomacia dos povos na integração, mesmo de sujeitos políticos que não pertencem aos Estados-membro da ALBA. Movimentos sociais de países como o Brasil que não fazem parte desse processo de integração regional podem construí-lo de acordo

---

<sup>5</sup> Teve seu nome posteriormente substituído por Aliança Bolivariana Para os Povos de Nossa América.

<sup>6</sup> "Atualmente possui nove países membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves" (FERREIRA, 2013, p. 170).

com seus princípios, sem depender da anuência de seu Estado para isso (Idem, p. 178-179). O que faz deste um espaço anti-imperialista, anti-neoliberal e anti-patriarcal que projeta um novo modelo de integração regional para os povos latino-americanos, baseado na solidariedade, cooperação, igualdade e na busca por uma emancipação autêntica para a região.

O desenvolvimento dos processos de integração na região pela ALBA e pelo MERCOSUL e dos governos progressistas, que apesar da diferenciação dos processos pelas especificidades nacionais se basearam no fortalecimento dos Estados nacionais, na implementação de políticas sociais para as classes populares e na busca por uma política autônoma em relação aos Estados Unidos. Uma conjuntura que permitiu uma disputa por hegemonia na região na primeira década dos anos 2000 e um ciclo de autonomia que foi interrompido por tentativas e golpes de Estado e por uma nova ofensiva neoliberal articulada pelas elites econômicas com o apoio norte-americano, que ocorreram na Venezuela, Honduras, Equador, Paraguai (BOCCA, 2013, p.66-73) e recentemente no Brasil. Entretanto, o internacionalismo já está estabelecido na região e mesmo com a retomada da ofensiva imperialista e com o cerco criado pela derrubada dos governos progressistas os movimentos populares seguem atuando e fazendo frente ao projeto neoliberal.

### **3. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO ATRAVÉS DA VIA CAMPESINA**

As mulheres que constroem a Via Campesina são trabalhadoras camponesas que tiveram que lutar desde o início por sua participação e representação na organização e para ter suas pautas e contribuições ouvidas. Algo que já estavam acostumadas a fazer em seus movimentos e no meio rural, ambiente permeado por contradições que intensificam as desigualdades entre homens e mulheres. Também participaram historicamente das lutas contra o neoliberalismo e o imperialismo pautando os efeitos que estes sistemas de dominação têm sobre suas vidas, fazendo frente ao projeto neoliberal e colocando a construção do feminismo popular e da soberania alimentar como meios para superá-lo. Uma vez que todas as suas lutas e pautas são realizadas desde os níveis local, nacional, regional e internacional percebe-se que essas mulheres são agentes fundamentais na construção do internacionalismo.

#### **3.1. MULHERES NO ENFRENTAMENTO AO IMPERIALISMO E AO NEOLIBERALISMO**

A nova geração de movimentos sociais de massas emerge na América Latina como um meio de enfrentar as complexas adversidades colocadas pelo contexto de avanço do neoliberalismo, no qual predomina a ideia de que não há alternativa para o mundo do capital, principalmente após o fracasso do chamado “socialismo existente”. No fim da primeira década dos anos 2000 a classe trabalhadora novamente sofre duros golpes e tem o seu espaço de atuação afunilado, o que faz com que os movimentos sociais de base popular se tornem muitas vezes a única alternativa possível para reivindicar as necessidades dos indivíduos que congrega. Estes propõem uma alternativa societária potencialmente capaz de transformar a realidade existente e para alcançar esse objetivo se faz necessário implantar, mediante práxis cotidiana, mudanças radicais na divisão social do trabalho. Para assim superar a divisão sexual do trabalho e construir um todo coerente em direção a uma igualdade substantiva e verdadeira que contribua para a emancipação das mulheres. Por este motivo as mulheres passam a lutar no interior do movimento, pelo reconhecimento do seu papel fundamental em todos os momentos de afirmação da luta (PINASSI, 2010, p.130-132).

As ações feministas frente ao atual modelo de desenvolvimento procuram ir além da

identificação dos impactos negativos que ele produz na vida das mulheres buscando demonstrar como ele recorre a sua dimensão patriarcal como um mecanismo de fortalecimento. O capitalismo recupera o trabalho doméstico e de cuidado como parte fundamental da produção e reprodução da vida, que não é remunerado e por isso não é considerado trabalho. Assim, se faz necessário ampliar e redefinir o trabalho, incluindo o informal, não remunerado, doméstico, comunitário, de cuidados nas análises econômicas. A reprodução das pessoas, o trabalho doméstico e de cuidado não devem ser de responsabilidade específica das mulheres, mas essa realidade foi naturalizada e invisibilizada pela divisão sexual do trabalho. As mulheres suportam na família e no trabalho remunerado uma dupla jornada, o custo de uma contradição básica do sistema, que por não ser reconhecido contribui para manter o seu baixo nível salarial (MARCELINO; FARIA; MORENO, 2014, p.3-6).

A ofensiva imperialista e neoliberal como parte do sistema capitalista e patriarcal se utiliza e reforça essas contradições para impulsionar dinâmicas de crescimento econômico. Este possibilitou o aumento do trabalho remunerado das mulheres marcado pela precariedade dos empregos flexíveis e trabalho doméstico intenso. Ao analisar o emprego feminino deste período percebe-se as relações de gênero como nucleares na implementação e aprofundamento do neoliberalismo na região e que a divisão sexual do trabalho se tornou estruturante da divisão internacional do trabalho (FARIA, 2005).

Segundo a autora Larissa Souza Pinheiro (2017), este cenário pode ser facilmente observado no Brasil, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que em 2002 o rendimento das mulheres era equivalente a 70% do rendimento dos homens. Em 2015, a relação passou para 74,5% e no grupo com mais de 12 anos de estudo o rendimento feminino cai para 66% da renda masculina. Essa comparação revela a desigualdade salarial entre homens e mulheres e a desvalorização do trabalho feminino. Evidenciando também a precariedade desses trabalhos, pois se a comparação for feita entre homens brancos e mulheres negras, as mais prejudicadas nesse processo devido ao recorte de raça, a desigualdade é ainda maior, já que elas ganham apenas 38,5% da renda masculina. O modelo de desenvolvimento neoliberal afeta a vida das mulheres com uma exploração mais intensa, não as inclui como sujeitas do “progresso” gerado por ele. E ainda recai sobre elas o peso do patriarcado e sobre as mulheres negras recai também o peso do racismo, ambos aspectos estruturantes da sociedade capitalista e bases de sustentação desse sistema. Críticas a este modelo econômico e a economia

política clássica, por ignorar as mulheres em suas análises foram formuladas pelo movimento feminista junto ao feminismo acadêmico, construindo uma leitura feminista dos processos econômicos e de produção, denominada economia feminista (PINHEIRO, 2017, p.54-60).

Foi esta visão que orientou a atuação das mulheres contra o Consenso de Washington, os tratados de livre comércio e, sobretudo contra a ALCA. O deslocamento do debate sobre os direitos das mulheres do terreno social para o econômico permitiu evidenciar as conexões entre o funcionamento do mercado, o trabalho invisível das mulheres na esfera da reprodução e sua exploração intensiva na produção. E também desenvolver uma visão crítica de questionamento global ao modelo neoliberal, realizando uma conexão entre uma visão crítica da sociedade de mercado e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres (MARCELINO; FARIA; MORENO, 2014, p.7-8).

O desenvolvimento da subcontratação, de modalidades contrastadas do trabalho informal, do aumento do desemprego e dos subempregos conduziu ao reforço das desigualdades entre os sexos, mas também para um quadro de formação de novos coletivos. Movimentos anti-neoliberais tomam proporções significativas e se impõem no cenário internacional, como a Marcha Mundial das Mulheres contra a violência e a pobreza reúne desde 2000 coletivos, organizações e movimentos feministas, propondo alternativas e ações concentradas na escala mundial contra a crise, a precariedade e o aumento da flexibilidade e vulnerabilidade do trabalho das mulheres. O progresso das organizações autônomas, das redes transnacionais de mulheres e as mobilizações atuais contra o neoliberalismo mostram que existe uma correlação de forças em que as mulheres já são fortemente apresentadas. Essa é uma das diferenças marcantes em relação a outros momentos da mundialização do capital, enquanto mulheres, e não unicamente enquanto representantes do pólo do trabalho (HIRATA, 2007, p.13).

Estas mobilizações se intensificaram com o estabelecimento de eventos ou datas anuais de articulação internacional, algumas já existentes como o 8 de Março, dia internacional da mulher. Nesse dia múltiplas redes transnacionais e organizações feministas simpatizantes, como a MMM e a Via Campesina, constroem um conjunto de mobilizações simultâneas em vários continentes, na América Latina e outros locais. Desta forma, conectam-se questões específicas com questões mais gerais como as pautas de luta por igualdade, autonomia e soberania popular com a pauta da integração latino-americana por parte dos povos como uma batalha que precisa ser travada também pelas mulheres para alcançar a emancipação enquanto continente

(SCHERER-WARREN, 2008, p.514).

De acordo com Nalu Faria (2005), o neoliberalismo impôs derrotas e retrocessos à vida das mulheres, a perda de direitos, a destruição das políticas públicas universais e a utilização do trabalho das mulheres como forma de complementar o Estado. O imperialismo impôs a falta de soberania e de autodeterminação que também interfere diretamente no aumento das desigualdades e discriminações. Mas pela primeira vez na história, há mulheres e são elas próprias a personificação do capital e não mais mediadas por seus pais, amantes ou maridos. Uma nova dinâmica é criada a partir da organização das mulheres na luta contra a ALCA, a radicalidade que havia sido perdida após a década de 1960 é retomada, os laços entre as urbanas e as rurais se estreitaram e cresceu a legitimidade da agenda feminista perante os outros movimentos sociais. As mulheres assumiram protagonismo em temas estratégicos como a campanha das integrantes da Via Campesina pela preservação das sementes ou a experiência da Marcha das Margaridas, no Brasil, que mobiliza trabalhadoras rurais e constrói uma agenda abrangente. O avanço na crítica ao neoliberalismo, que se expressa na contraposição aos tratados de livre comércio e a defesa da soberania alimentar, gerou um posicionamento crítico global e tornou fundamental a construção de movimentos de mulheres enraizados na sociedade e com base social ampla (FARIA, 2005, p.28-37).

Maria Orlanda Pinassi (2010) aponta outro aspecto importante deste processo, o crescimento da radicalidade nas ações dos movimentos rurais protagonizadas por mulheres nas lutas contra as deformações patriarcais e na sua práxis. Essa radicalidade é aplicada no confronto direto contra as transnacionais que reproduzem de forma ostensiva a prática da monocultura e da destruição ambiental. Isso pode ser percebido na atuação das mulheres da Via Campesina, que além de denunciar as discriminações e maus-tratos sofridos pelas mulheres transcendem as suas causas específicas e realizam ações contra a produção de transgênicos. Como na ação das mulheres da Via Campesina no Brasil, que destruíram mudas de uma empresa transnacional gigantesca, a Aracruz Celulose, em pleno 8 de março de 2006, dia em que ganham expressividade nacional. Este ato praticado por mulheres trabalhadoras em defesa do meio ambiente e contra o capital transformou a data numa jornada internacional de luta das mulheres contra todas as formas de exploração (PINASSI, 2010, p.133-135).

Estes eventos se multiplicaram e diversas ações foram realizadas contra empresas transnacionais do agronegócio como a Monsanto, a Bayer, e Syngenta. Em todos os lugares que

ocorreram essas ações houve uma reação brutal contra as mulheres e seus filhos, mas apesar das adversidades elas continuam, pois tem consciência da importância do papel histórico que desempenham. E seguem desafiando o sistema de produção vigente e desmascarando o desrespeito do capital pelos corpos das mulheres. A amplitude da crescente radicalidade e o protagonismo das mulheres trabalhadoras de um dos movimentos de massas mais significativos da América Latina é um elemento essencial para alcançar a transformação da realidade (Idem, 2010).

### 3.2. A LUTA DAS MULHERES NA VIA CAMPESINA

As mulheres são participantes e principais dirigentes da Via Campesina e o papel que o movimento de mulheres desempenha dentro dessa articulação é o que a torna singular.

Trata-se de um movimento amplo, crescente e muito articulado de mulheres trabalhadoras, acampadas, assentadas, camponesas, operárias, comerciantes, comerciárias, ambulantes, artistas, estudantes, mães, solteiras, casadas, hétero e homossexuais, africanas, indígenas, europeias, orientais, católicas, protestantes, evangélicas, judias, espíritas, mães de santo. Todas mulheres, cuja perspectiva de classe potencializa seu poder de crítica e autocrítica, de desafiar os avanços absolutamente destrutivos do capital enfrentam os destacamentos do Estado e das milícias paramilitares, cuja cumplicidade vem comprovando a incompetência das instituições democrático-burguesas que só podem lhes prometer ilusões do direito formal (PINASSI, 2010).

Estas mulheres fortes que constroem a Via dão um salto na construção do internacionalismo e em direção a sua emancipação. Enfrentam um desafio duplo ao exigir a paridade de gênero, mais espaços de liderança e a construção de uma sociedade igualitária, até mesmo dentro dos seus próprios movimentos. E, além disso, conseguir combater as pautas internacionais que as afetam.

#### 3.2.1. Histórico da Via Campesina como Organização Internacional

O século XX foi trágico para o campesinato e o século XXI seguiu na mesma lógica de tragédia mascarada de progresso, para mudar este duro cenário os movimentos ascendentes de camponeses e pequenos agricultores começam a se mobilizar, deixando de ser objetos e se tornado agentes da história. A Via Campesina é o mais efetivo desses movimentos de pessoas que se propõe a ser sujeitos da história e que não reivindica apenas os direitos camponeses e camponesas ou a luta pela reforma agrária, também luta por um projeto societário que provou o

seu valor por eras. Luta pelo relacionamento das pessoas e o seu ambiente, tão abalado pela indústria e pelo capitalismo neoliberal (BELLO, 2007).

Uma articulação de movimentos que se baseia no princípio do humanismo, unido pelo vínculo com a terra, pelo espírito de luta e pela busca da igualdade, justiça social e transformação da realidade. Surge em meio à intensa apropriação corporativa da agricultura e dos alimentos, ao aumento da pobreza e da fome no campo, reunindo camponeses e pequenos agricultores do sul e do Norte em torno das questões comuns. Seu surgimento levou acadêmicos como Bonanno (1994) a questionar como esses camponeses responderiam às mudanças do campo se não tinham capacidade organizacional para pressionar a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization - FAO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE), instituições responsáveis pelas políticas agrícolas na década de 1990.

Entretanto, estes acadêmicos não haviam conseguido perceber que a militância camponesa continuava viva e forte, as ações dos movimentos camponeses na América Latina durante os anos 1990 contra o modelo neoliberal de desenvolvimento são uma evidência clara disso. E também as organizações regionais camponesas que surgiram nesse período como a CLOC e a Associação de Organizações Camponesas Centro-americanas para a Cooperação e o Desenvolvimento (ASOCODE), diretamente ligadas a organizações de outras partes do mundo e indicavam a emergência de novas estruturas de ação coletiva e visão alternativa de sociedade. (DESMARAI, 2007, p.4-5). A CLOC posteriormente se tornou parte da Via Campesina e sua principal representação na América Latina, região em que concentra a maior parte de seus membros e a atuação dos movimentos camponeses é mais concentrada.

A Via Campesina, nascida em maio de 1993, na Bélgica, em uma reunião de líderes agrícolas de todo o mundo, mostrou a sua força e capacidade de fazer pressão. Apenas sete meses após sua formação a Via Campesina já era constituída por mais de 5 mil manifestantes da América Latina, Canadá, Estados Unidos, Europa, Índia e Japão que marcharam durante a reunião do GATT em Genebra. Em 1996 já era um ator visível na Cúpula Mundial sobre Alimentação (CMA) promovida pela FAO em Roma, exigindo credenciais de delegação oficiais da Cúpula por sua legitimidade enquanto um dos maiores movimentos camponeses do mundo. Também realizaram marchas contra a ofensiva neoliberal nas conferências ministeriais da OMC em Genebra (1998), Seattle (1999), Cancún (2003) e Hong Kong (2005) e protestos contra o

FMI, o Banco Mundial e o G8 em Praga, Washington, Quebec, Quito e Gênova (Idem, p.6).

Segundo Annette Aurélie Desmarais (2007), os esforços internacionais da Via geraram avanços importantes no debate sobre a agricultura e alimentação. Seu conceito de soberania alimentar é adotado por diversos movimentos e até mesmo pela FAO. Em relatórios da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos a soberania alimentar é colocada como um meio de assegurar o direito humano à alimentação e a segurança alimentar. A reforma agrária voltou à agenda internacional após passar 25 anos desaparecida dos planos nacionais e em 2006 foi realizada uma Conferência Internacional da FAO sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural reconhecendo formalmente o papel da reforma agrária na erradicação da fome e da pobreza. A Via Campesina preencheu uma lacuna importante, a magnitude da sua presença internacional e a sua natureza dinâmica, diversidade cultural e ampla distribuição geográfica mostram o seu potencial transformador.

Atualmente a Via é uma organização internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres e jovens rurais, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Constrói as pautas desses grupos e a solidariedade entre suas lutas. Possui 182 organizações locais e nacionais em 81 países da África, Ásia, Europa e América. No total, representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento político de massas, autônomo, plural e multicultural, legitimado pelas organizações de base que o compõe que defende a agricultura camponesa como um meio para alcançar a soberania alimentar, sem qualquer afiliação econômica, é financiado apenas por contribuições dos membros, doações privadas e apoio financeiro organizações não-governamentais e fundações<sup>7</sup>.

A estrutura da organização é baseada na descentralização do poder entre as regiões. O secretariado internacional é determinado pela decisão coletiva feita na Conferência Internacional. Estes espaços são realizados a cada quatro anos e são o principal órgão de debate político e tomada de decisões, onde as futuras atuações e programas são definidos. O secretário foi definido já na sua formação na Bélgica, depois em Honduras (1997-2004), Indonésia (2005-2013) e após a última conferência que ocorreu em 2017 foi definido o secretariado do Harare, Zimbábue, que durará até 2021. Algumas datas de atuação anual simultânea em todos os países

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis no site da Via Campesina: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em: 28/05/2018.

já são estabelecidas como o 8 de março, Dia Internacional da Mulher, 17 de abril, Dia Internacional da Luta Camponesa, 10 de setembro, Dia Internacional de Luta contra a OMC e acordos de livre comércio, 16 de outubro, Dia Internacional de Ação pela Soberania Alimentar e contra as corporações transnacionais, 25 de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres e 3 de dezembro, Dia Mundial de Ação contra Agrotóxicos.

As suas lutas centrais, além da soberania alimentar, são a agroecologia e a defesa das sementes como uma forma de resistência a um sistema econômico que coloca o lucro acima da vida, para que seja possível produzir alimentos nas comunidades e alimentar o mundo de maneira sustentável. E a promoção dos direitos camponeses e luta contra a criminalização dos camponeses que é constante e afeta os camponeses de todas as partes do mundo, pois as corporações transnacionais realizam ataques brutais e seguem com total impunidade, violando os direitos básicos, enquanto os militantes da luta por direitos são discriminados, criminalizados e até assassinados.

Desde que a Via Campesina surgiu em 1993, a resistência à ofensiva neoliberal se fortaleceu e os movimentos de resistência agora são mais organizados coordenados e visíveis, estabeleceram seus próprios espaços independentes e são ativos nos níveis local, regional e internacional. E sua coordenação entre os diferentes setores da sociedade civil é melhor e mais forte permite ações de protesto descentralizadas e coordenadas de maneira simultânea em muitas partes do mundo, mostrando todo o poder encorajador e mobilizador do movimento de camponeses (DESMARAIS, 2007, p.289).

A autora afirma que essa organização que surge a partir de uma classe que poderia ter desaparecido com o avanço do capitalismo agrário, mas não apenas a recompõe como faz com que os sujeitos que a constituem tenham orgulho de utilizar o termo “camponês” para se autodescrever, termo antes visto como remanescente do passado. Via Campesina pode ser interpretada como “Caminho Camponês”, um nome diretamente ligado ao compromisso da reafirmação do significado de camponês, da gente do campo, retirando desse todo as associações pejorativas de algo até então considerado retrógrado, que se torna sinônimo de força e de luta (Idem, p.295-296).

### **3.2.2. A Comissão e as Assembléias de Mulheres da Via Campesina**

Para unir organizações e movimentos diversos construindo a cooperação, a colaboração e a unidade, a Via Campesina utiliza várias estratégias e mecanismos com intersecções nos níveis local, regional e internacional. Uma delas foi o trabalho estratégico da organização com a desigualdade de gênero e as diferenças regionais, elementos fundamentais para alcançar o equilíbrio e criar uma comunidade igualitária. As mulheres exercem um papel fundamental na produção agrícola e na manutenção econômica e social do meio rural e muitas vezes são excluídas dos processos decisórios e da formulação de políticas sobre as questões do campo. No começo da organização não foi diferente, apesar da participação de 20% de mulheres na I Conferência Internacional todos os coordenadores regionais eleitos eram homens e as mulheres só foram mencionadas uma vez na declaração da conferência. Ainda assim havia um envolvimento das líderes camponesas e a necessidade de aproximá-las da organização, mas a primeira conferência fracassou em garantir a sua participação e representação, o que fez com que na segunda conferência, em 1996, a porcentagem de participantes mulheres continuasse a mesma. As mulheres lutaram por anos nas suas próprias organizações e movimentos para incluir suas pautas em torno da política agrícola, uma luta permanente que não seria deixada de lado e pressionaram a Via para dar passos concretos nessa área. Desta forma conquistaram um grupo de trabalho da segunda conferência sobre desenvolvimento Rural, Condições de Vida, de Trabalho e a Vida das Mulheres e a formação de uma comissão de mulheres que integravam a Via. Apesar dessas estruturas não garantirem um status de igualdade, esse era apenas o primeiro passo para alcançá-lo, desafiando a dominação masculina no meio rural e no seio da própria organização (DESMARAIS, 2007, 245-246).

A Comissão de Mulheres se reúne pela primeira vez quatro meses após a II Conferência Internacional em San Salvador, El Salvador, com representantes da Europa, América do Norte e América Central. Este era o primeiro contato da maioria dessas mulheres com a organização, espaço em que conheceram suas proposta, compartilharam suas vivências e discutiram os resultados da conferência, decidindo expandir o mandato da comissão para aprimorar a capacidade de liderança das mulheres. Além disso, aprimoraram e aprofundaram o conceito de soberania alimentar incluindo o direito a produção do próprio alimento nos próprios territórios, a produção orgânica e a interrupção de importação de agroquímicos banidos. E como as mulheres sofriam o impacto das políticas agrícolas e tinham acesso desigual aos recursos produtivos em relação aos homens reivindicaram que a soberania alimentar só poderia ser alcançada com a sua

maior participação no desenvolvimento das políticas agrícolas. Definiram um plano de ação que incluía metas como conseguir que a Comissão de Mulheres tivesse representantes das oito regiões que constituíam a organização e estabelecer uma comunicação entre seus membros e com os coordenadores internacionais para manter este organismo a par de suas contribuições (Idem, 248-249).

Desta reunião foi deliberada uma Oficina de Mulheres Rurais sobre Segurança Alimentar, que contou com a participação de dezoito líderes camponesas das oito regiões da Via Campesina, estas forneceram ao espaço informações e análises do que estava acontecendo nas áreas rurais em cada uma das regiões. Com isso, a primeira reunião da Comissão de Mulheres alicerçou a Via Campesina nas realidades locais, colocou em pauta questões de gênero que foram aplicadas nas deliberações posteriores da organização e deu ânimo para as camponesas que construíam este instrumento. E mesmo que ainda houvesse um longo caminho a ser percorrido e que fossem conscientes do seu acesso desigual ao poder econômico, político e social no campo, estavam decididas a abraçar o desafio e assumir um papel de liderança na formação da Via Campesina como uma organização comprometida com a igualdade de gênero (Idem 250-251).

Para Desmarais (2007), a Comissão de Mulheres teve grandes conquistas devido a suas decisões estratégicas. De 1996 a 2000 as mulheres concentraram seus esforços nas Américas, realizando oficinas e intercâmbios, articulados pelas líderes das organizações de base regional como a CLOC e a ASOCODE, com o objetivo de aumentar a sua participação e representação em todos os níveis e atividades da Via Campesina. O projeto foi um sucesso e conforme ganharam experiência e confiança começaram a participar de eventos internacionais como a CMA, encontros da OMC e de ONGs sobre soberania alimentar, chegando a constituir 37,5% da delegação da Via Campesina no encontro da OMC de Seattle, em 1999. Também realizavam reuniões das mulheres depois desses grandes encontros e antes dos da Via Campesina, o que permitiu que promovessem a I Assembléia Latino-Americana das Mulheres Rurais pouco antes do congresso geral da CLOC, o que gerou uma participação de mulheres sem precedentes neste congresso que antes era um espaço dominado por homens, ocupando os grupos de trabalho e um local de fala que antes não era alcançável. Todas as resoluções da Assembléia Latino-Americana das Mulheres Rurais foram aprovadas no congresso da CLOC e muitas dessas eram medidas para alcançar a paridade e igualdade de gênero, não somente na CLOC, mas na própria Via

Campesina.

Utilizando essa mesma estratégia e com a aprovação e suporte dos coordenadores internacionais da Via Campesina, a Comissão de Mulheres organizou a I Assembléia Internacional de Mulheres dias antes da III Conferência Internacional, em 2000. Uma de suas maiores conquistas, que facilitou o seu engajamento nas discussões e tomadas de decisões sobre as futuras direções políticas da organização, aprofundaram o conhecimento sobre as situações que enfrentavam nas suas regiões e aprenderam sobre as lutas de companheiras de outros continentes. Reivindicaram a paridade de gênero em todos os níveis de decisão e atividades da Via Campesina, o fortalecimento da Comissão de Mulheres e que o discurso e documentos da organização não tivessem conteúdo machista. A partir destas foi realizada uma mudança estrutural na organização, os coordenadores regionais que antes eram oito se tornaram dezesseis, sendo que cada região teria que obrigatoriamente ter uma representante mulher e que estas assumissem responsabilidades iguais e não apenas pautas das mulheres. Os resultados da III Conferência Internacional colocaram às mulheres e a questão de gênero no centro da organização (DESMARAIS, 2007, 259-261).

As mulheres seguiram ocupando a Via Campesina, aumentando a sua participação e se tornando protagonistas de várias lutas. Recentemente, em 2017, ocorreu a VII Conferência Internacional e a V Assembléia de Mulheres, que, de acordo com sua Declaração Política<sup>8</sup>, contou com a presença de representantes de movimentos populares de mais de 70 países. Mulheres diversas advindas dos povos indígenas, pastores, artesãos, jovens, migrantes, catadores, assalariados, que constroem a luta do campo diariamente a partir da perspectiva do feminismo popular e da soberania alimentar. A partir das discussões sobre suas realidades constataram que a violência estrutural se multiplicou, o capitalismo e o patriarcado continuam fortes e violando territórios corpos e mentes para garantir o acúmulo de capital. A expressão neoliberal e os governos imperialistas invadem nações, provocam a migração forçada, a militarização dos campos, exploração descontrolada da natureza e a mercantilização da agricultura, gerando mudanças climáticas, fome e pobreza extrema. As mulheres carregam cada vez mais o peso da produção de bens e alimentos em uma dupla jornada com o trabalho do cuidado que segue invisível e não valorizado, o que aumenta a sua carga de trabalho e restringe a plena participação política (LA VÍA CAMPESINA, 2018, p.43).

---

<sup>8</sup> Ver anexo 1: “Declaración Política de la V Asamblea de Mujeres de La Vía Campesina”.

De acordo com as informações da própria organização, ao concluir as análises as mulheres evidenciaram que continuam sofrendo violência econômica, trabalhista, ambiental, física, sexual e psicológica. O aumento do feminicídio, da criminalização delas e das organizações que constroem, dos assassinatos políticos, do crime organizado, da grilagem de terras, da utilização de agrotóxicos e da guerra. Todas essas questões as atingem diretamente e com uma brutalidade especial, atingem seus corpos, seus filhos, seu trabalho e ambiente as deixando mais vulneráveis e dificultando suas vidas. Por isso, reafirmaram o seu compromisso com a plena participação em suas organizações, o combate à violência contra as mulheres, o repúdio a guerra, a construção da paz, a defesa da terra e a recuperação do bem viver para toda humanidade (Idem, 2018).

### **3.2.3. Principais pautas construídas na organização**

Desde o primeiro espaço da Via Campesina que participaram as mulheres vem contribuindo ativamente para o avanço do projeto político e das pautas da organização, reivindicando o seu espaço através das suas lutas. E inserindo novas pautas e acúmulos como a necessidade da produção orgânica e da proteção das sementes para alcançar a soberania alimentar, a paridade de gênero nas representações e atividades como um meio de garantir a igualdade, o combate à violência contra a mulher, o aumento da radicalidade e reconhecimento das ações e intervenções políticas e a necessidade da organização se construir a partir do feminismo camponês e popular.

As mulheres que constroem os movimentos rurais possuem uma trajetória de resistência e luta, não apenas no campo, mas também nas suas organizações. Na Via, possuem um histórico de conquistas entre as mais significativas está a aprovação do Documento Sobre a Posição de Gênero da Via Campesina na III Conferência Internacional. Elaborado sobre os princípios da igualdade e direitos humanos, justiça econômica e desenvolvimento social, em todos especificando o papel, a posição, as necessidades e os interesses particulares das mulheres a partir de uma perspectiva de classe e étnica. Com esse documento as mulheres se colocaram enquanto atores fundamentais para o enfrentamento a agenda econômica mundial neoliberal e para a construção de comunidades rurais saudáveis e sustentáveis. Assim integraram as questões de gênero em todas as posições da Via Campesina e asseguraram a paridade na organização

(DESMARAIS, 2007, p.262-263).

A paridade de gênero foi consagrada na terceira conferência, mas já era uma pauta promovida pelas mulheres da CLOC, que estavam na vanguarda do feminismo camponês. Neste espaço também foi lançada a Campanha Mundial das Sementes, considerada trabalho camponês e indígena foi uma criação coletiva que refletia a história dos povos e principalmente das mulheres, pois elas foram as guardiãs responsáveis iniciais pelo seu cultivo e proteção ao longo da história (LA VÍA CAMPESINA, 2017).

O protagonismo e o papel de liderança das mulheres na organização foi evidenciado em 2006, no dia 8 de março, 2 mil mulheres camponesas integrantes da Via Campesina entraram em uma plantação de eucalipto da transnacional Aracruz. Destruíram milhares de mudas e o laboratório local para combater o avanço da monocultura de eucalipto que prejudica a biodiversidade, reivindicar o acesso a terra e construir a soberania alimentar. Na mesma data ocorria uma conferência da FAO sobre reforma agrária, para a qual as mulheres se dirigiram após a ação e duas representantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) leram as demandas das mulheres para os delegados reunidos. A escolha estratégica do momento da ação garantiu o seu impacto e repercussão internacional e diminuíram o perigo imediato as representantes do movimento. A polícia acusou 37 pessoas e invadiu o escritório do MMC, levando computadores e arquivos, a Via imediatamente começou uma campanha internacional de solidariedade às militantes. Como em seguida ocorreu o Dia Internacional de Luta Camponesa, os organizadores impulsionaram a campanha e divulgaram o nome das mulheres junto a um poema<sup>9</sup> do MST, que expressa a importância da ação e da radicalidade das camponesas (DESMARAIS, 2007, p.264-266).

De repente  
 não mais que de repente  
 milhares de mulheres  
 destruíram o silêncio  
 Naqueles dia  
 Nas terras da Aracruz  
 as mulheres da Via Campesina  
 foram o nosso gesto  
 foram a nossa fala.  
 (MST, 2006)

Em 2008, na V Conferência Internacional, as mulheres começaram outra campanha

---

<sup>9</sup> Ver anexo 2: “As mudas romperam o silêncio”

mundial “Chega de Violência Contra a Mulher”, que foi formulada para combater além da violência doméstica e organizacional, a violência sistêmica, estrutural sofrida diariamente. A campanha foi importante para sensibilizar as próprias organizações que constituem a Via, mostrando a necessidade de ampliar o compromisso dos homens, mulheres e jovens com a realização de ações concretas no cotidiano. E também o papel da mídia popular em disseminar a campanha, os problemas sofridos pelas mulheres, suas lutas e propostas. Nesta as mulheres do campo novamente reafirmaram a sua posição na luta pelo direito de viver com dignidade, justiça e igualdade (LA VÍA CAMPESINA, 2018, p.44).

Na conferência seguinte o foco foi voltado para a formação das mulheres rurais enquanto agentes dos processos políticos, reconhecendo a importância das feministas latino-americanas, criadoras do feminismo camponês e popular que seguem construindo um novo mundo com base na emancipação social. Este feminismo, assim como o feminismo popular, advém das vivências e práticas das mulheres, mas especificamente das mulheres camponesas, gestado inicialmente por um esforço teórico-político das mulheres do MMC. Construído a partir das resistências que elas já acumulavam e da base material da divisão sexual do trabalho, alicerçado na unidade entre teoria e prática e na sua perspectiva de sexo, raça e classe, enquanto mulheres trabalhadoras, tendo como centralidade a construção de uma sociedade de homens e mulheres emancipadas de todas as formas de opressão e dominação. Este contribuiu para o fortalecimento da questão de raça e etnia que é um ponto que ainda precisa avançar dentro do movimento (PINHEIRO, 2017, 110-113).

A proposta do feminismo camponês e popular estava em construção na América Latina há um tempo, foi assumida pela CLOC em 2015 e apresentada por ela na VII Conferência Internacional da Via Campesina em 2017. A questão de gênero e feminismo foi incorporada na organização ao longo da sua história, mas era preciso definir um feminismo próprio que abarcasse a diversidade das mulheres de todas as regiões e isso só foi possível pela identidade e especificidade enquanto camponesas. O processo parte do feminismo popular porque é um feminismo de construção coletiva, que não vem de fora, de algum pensador intelectual, vem da base, de baixo, apontando as demandas e lutas das mulheres trabalhadoras do campo. Este propõe a transformação da sociedade pelo enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo, buscando o resgate e novas formas de viver que se perderam com o avanço desses sistemas (SEIBERT, 2018).

Segundo Iridiane Gaciele Seibert (2018), o termo gênero é mais utilizado em grupos mistos, constituídos por homens e mulheres, por permitir o avanço do debate, mas não explicita as relações de desigualdade e o combate ao capitalismo e ao patriarcado. Por isso, as mulheres da Via Campesina constroem o feminismo camponês e popular como mais uma estratégia política mais ampla, estrutural, para alcançar a sua autonomia, emancipação e liberdade. A violência e a desigualdade são estruturais e a luta das mulheres deve evidenciar os sistemas de dominação a que estão submetidas, fazendo os recortes de sexo, classe e raça, pois às mulheres camponesas, indígenas e negras são as mais atingidas. O conceito de gênero pode continuar sendo utilizado, desde que seja associado a essas outras pautas, pois gênero por gênero, sem relação com a classe não é a luta das mulheres camponesas.

### **3.2.4. Desafios para a construção da igualdade de gênero e de um projeto político emancipatório**

Apesar da grande quantidade de avanços conquistados pelas mulheres nos 25 anos da Via Campesina, ainda existem desafios a serem superados para construir e alcançar a igualdade de gênero e o sucesso do projeto político transformador e emancipatório que a organização possui. Antes de militantes, representantes e líderes as mulheres que constituem os movimentos são camponesas, estão imersas nas dificuldades e contradições do meio rural e as enfrentam diariamente em uma luta permanente.

Desmarais (2007) afirma em seu livro que, a divisão sexual do trabalho continua forte no campo e significa que as mulheres têm menos acesso ao tempo, possuem duplas, triplas jornadas já que são responsáveis pelo trabalho produtivo, reprodutivo e comunitário o que limita o seu envolvimento em lideranças nas organizações agrícolas. Tem menos tempo para participar de formações e treinamentos, além do acesso desigual aos recursos produtivos, políticos e econômicos, o que influencia na sua capacidade de serem líderes efetivas. Isso ocorre nas diferentes regiões que compõem a Via, ainda contando com aspectos culturais. Por exemplo, algumas representantes da Ásia não tinham permissão para participar dos eventos, mesmo que só de mulheres, se seus maridos não estivessem presentes, situação que foi compreendida pelas outras participantes e que contribuiu para aprofundar as análises e necessidades das relações de gênero nas diferentes configurações (DESMARAIS, 2007, p.269-270).

A paridade de gênero nas representações e atividades não foi alcançada de imediato e sim

um processo que precisa ser reiterado constantemente. Por um longo período algumas regiões não possuíam representantes mulheres, as que tinham, escolheram suas representantes em processos informais, o que significava que ela só participaria de um encontro e seria substituída, o que dificultava o andamento da Comissão de Mulheres, enquanto a comissão de coordenadores formada por homens avançava com mais facilidade, pois seus membros acumulavam anos de trabalho juntos. Ainda assim, através da Comissão e das Assembléias a Via Campesina aumentou a participação de mulheres na organização e na construção efetiva das pautas, mas ficou claro que para alcançar a igualdade de gênero é preciso esforços persistentes das organizações locais, nacionais e regionais para enfrentar as barreiras do caminho (Idem, p.272-273).

Os movimentos sociais de massa com a centralidade no trabalho como a Via Campesina são constituídos pela classe trabalhadora e por suas contradições, esta finca suas raízes na divisão sexual do trabalho e na propriedade privada, pois está submetida ao sistema capitalista e patriarcal. Sistemas estes dominantes e naturalizados, o que faz com que os indivíduos neles envolvidos tenham seus princípios impregnados e os reproduzam. Esses indivíduos são trabalhadores, na maioria das vezes desempregados, em busca de novas práticas que vêm nos movimentos sociais uma opção de mudar sua realidade, mas isso não faz com que se desfaçam automaticamente de todas as contradições, isso só ocorre após um longo processo. O desafio das organizações é acompanhar esses indivíduos, a partir dos seus espaços, realizando formações, até que se construam novas relações e estes sujeitos históricos sejam conscientes dos processos em que estão inseridos e no comando efetivo de suas ações (PINASSI, 2010, p.126-128).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a atuação das mulheres dentro dos movimentos sociais e as contradições que elas enfrentaram e enfrentam na sua participação política não é algo comum nas relações internacionais. Mas como mesmo com os diversos ataques aos seus direitos, a dominação e a exploração que são submetidas diariamente essas mulheres resistem e ainda se articulam internacionalmente para enfrentar as adversidades através de ações coletivas e simultâneas. Entende-se que estas devem ser consideradas significantes para os estudos das relações internacionais, por sua relevância e atuação política no cenário internacional e principalmente na América Latina, que é o foco deste trabalho.

A partir disso é necessário estabelecer um comprometimento com a luta das mulheres e com o projeto latino-americanista de defesa e autonomia da região no sentido de construir uma sociedade verdadeiramente livre e igualitária. Para isso, é preciso ter como centralidade não apenas o fim da desigualdade de gênero, mas a transformação de todas as estruturas de opressão em que as mulheres estão inseridas. E como as mulheres latino-americanas tem sua exploração e intensificada pela dependência da região em relação às potências imperialistas precisam construir também um projeto político de unidade e autonomia do território e dos povos latino-americanos.

Foi com base nesse entendimento que este trabalho foi estruturado, para trazer uma breve reflexão crítica que pudesse contribuir com a disseminação e construção deste projeto alternativo de sociedade para os povos latino-americanos e principalmente para as mulheres. Desta forma, o primeiro capítulo abordou de maneira breve o surgimento do conceito de gênero, patriarcado e dos diferentes feminismos ao redor do mundo, os avanços deste tema nas relações internacionais e a sua construção na América Latina, através das experiências feministas e do feminismo popular.

O segundo capítulo apresenta a formação sócio-histórica latino-americana e a construção das resistências e projetos de integração desde a sua colonização por considerar a influência desse contexto na construção do feminismo e das lutas das mulheres da região, pois não é possível desassociar as opressões que estas sofrem e o desenvolvimento de suas pautas e reivindicações ao longo dos anos da conjuntura em que estão inseridas. E no terceiro capítulo se

analisou os impactos da dependência da região e da ofensiva imperialista e neoliberal na vida das mulheres, como elas se organizaram para enfrentá-los, se aprofundando nas que escolheram a Via Campesina para isso e mostrando como elas se articulam e constroem tanto a organização, como suas pautas dentro dela.

Esta pesquisa buscou mostrar o papel das mulheres enquanto sujeitos históricos e atores políticos das relações internacionais, como parte do desenvolvimento dos processos políticos, tanto como participantes e agentes quanto como analistas, pois a maior parte dos textos utilizados no trabalho foram escritos por mulheres. Estas constroem o feminismo popular e os movimentos sociais enquanto instrumentos de inserção nos espaços políticos da esfera internacional e como mecanismo de enfrentamento das contradições da sociedade e de transformação real das estruturas de dominação a que estão submetidas.

O feminismo popular é uma importante ferramenta de formação, mobilização e emancipação das mulheres latino-americanas, que foi criada por elas, a partir das suas experiências feministas construídas nas lutas históricas e nos processos revolucionários dos quais as mulheres foram integrantes fundamentais e que renderam diversos acúmulos para às lutas seguintes. Um feminismo de mulheres trabalhadoras e camponesas, que se surge a partir da sua realidade e necessidades e não de produções teóricas de fora. E engloba toda a diversidade das mulheres que constroem os movimentos sociais historicamente, fazendo recortes de gênero, classe e raça. E que foi ramificado para o meio rural, surgindo em uma nova forma, como feminismo popular e camponês, a partir das realidades e necessidades específicas das mulheres do campo e assumido pela Via Campesina como pauta a ser construída em toda a organização por homens e mulheres.

As mulheres do campo são invisíveis, principalmente na produção acadêmica e nas relações internacionais, já que como indivíduos não são consideradas por muitos autores como agentes da política internacional. Por isso, o intuito deste trabalho foi dar voz a essas mulheres, mostrar suas trajetórias de luta e atuações no sistema internacional fazendo frente aos interesses das economias hegemônicas e do capital internacional através da construção do internacionalismo dentro dos movimentos sociais, se articulando nacional, regional e internacionalmente para barrar a ofensiva imperialista e neoliberal. E conquistando avanços significativos na diminuição da desigualdade de gênero nos âmbitos econômico, político e social

além de direitos e paridade de gênero nas organizações e movimentos dos quais são parte, caminhos necessários para alcançar sua emancipação.

As mulheres da Via Campesina são um importante exemplo de força e de luta a ser seguido pelas mulheres do mundo todo na reivindicação dos seus direitos, participação política, autonomia, emancipação e reconhecimento do seu trabalho em todos os espaços que estão inseridas. Pois estas mulheres tiveram que lutar por um lugar de fala e representação no meio rural, nos movimentos e organizações que constroem e o fizeram de maneira estratégica, contribuindo para os acúmulos e avanços das pautas da própria Via Campesina, mas também fazendo com que suas lutas e pautas específicas, como o feminismo popular e camponês, fossem ouvidas e adotadas como pautas dos homens e mulheres de toda a organização, construídas e disseminadas em todos os locais que estão presentes.

Por fim, o trabalho mostra que as mulheres da Via Campesina constroem permanentemente o internacionalismo e contribuem diretamente para o desenvolvimento e disseminação do feminismo popular na América Latina e no mundo. Essas mulheres seguem todos os dias internacionalizando a luta contra o capitalismo e o patriarcado, enfrentando todos os sistemas de dominação e exploração aos quais as mulheres estão submetidas e disseminando a esperança. Seguem todos os dias mudando o mundo com o feminismo popular e conquistando cada vez mais igualdade, dignidade e autonomia para todas as mulheres.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Peter. **Internacionalismo: um breviário**. In: Anos 90, v. 12, n. 21/22. Porto Alegre: 2005, p.13-42.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2012 [1972].

BELLO, Walden. **Preface**. In: DESMARAIS, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Canadá: Fernwood Publishing/Halifax and Winnipeg, 2007.

BOCCA, Pedro Paulo. **Livre-comércio dependente, lutas sociais e a formação de um campo antineoliberal na América Latina**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

BONANNO, A. et al. **Introduction**. In: BONANNO, A. et al. (Ed.) *From Columbus to ConAgra: The Globalization of Agriculture and Food*. Laurence: University Press of Kansas, 1994.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial**. In: Dossiê: América Latina no Século XXI, v.21, n.53. Salvador: Caderno CRH, 2008, p.269-288.

DA SILVA, Andreia Rosenir. **A construção de gênero nas Relações Internacionais: Direitos Humanos das Mulheres e a necessidade de instrumentos eficazes a sua consolidação**. Florianópolis: UFSC, 2013.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants**. Canadá: Fernwood Publishing/Halifax and Winnipeg, 2007.

ENGELS, Friedrich. **Origin of the Family, Private Property and the State**. Zurique: 1884.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 1990.

FARIA, Nalu. **O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo.** In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: SOF, 2005, p. 11-39.

FERES JR., João. **Percepções de temporalidade e desenvolvimento no conceito de *Latin America*.** In: ARAUJO, Cicero; AMADEO, Javier (Org). Teoria Política Latino-americana. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015 [1981].

FERREIRA, Mariana Davi. **A política externa venezuelana para a integração regional (2004-2012): entre a dependência estrutural e a unidade latino-americana.** Florianópolis: UFSC, 2016.

GALVÃO, Andréia. **Os movimentos sociais da América Latina em questão.** In: Dossiê: Cultura Política e Democrática, v.2, n.5. Porto Alegre: Revista Debates, 2008, p.8-24.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 2002.

GOLDMAN, Wendy Z. **Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936.** São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da UFRGS/Contraponto, 2002.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking international relations.** London: Macmillan Press, 1999.

HALLIDAY, Fred; LIGHT, Margot. Gender and International Relations. In: GROOM, A. J.R.; LIGHT, Margot (Eds.). **Contemporary International Relations: A Guide of Theory.** London: Pinter Publishers, 1994. p. 45-55.

HIRATA, Helena. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais.** Recife: Revista SOS Corpo, 2010 [2007].

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade.** São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

- LAURETIS, Teresa de. **Technologies of Gender**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- LA VÍA CAMPESINA. **25 años de gestación del feminismo en La Vía Campesina**. 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/25-anos-gestacion-del-feminismo-la-via-campesina/>>. Acesso em: 28/05/2018.
- \_\_\_\_\_. **Informe de la VII Conferencia Internacional de La Vía Campesina**. 2018. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/informe-vii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina/>>. Acesso em: 28/05/2018.
- \_\_\_\_\_. **La Vía Campesina: La voz de las campesinas y de los campesinos del mundo**. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>>. Acesso em: 28/05/2018.
- LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. Nova York/ Oxford: Oxford University Press, 1986.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012 [1917].
- MARCELINO, Maria Fernanda; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. **Trabalho, corpo e vida das mulheres - uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios**. São Paulo: SOF, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTÍ, José. **Nuestra América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: Hucitec, 1983, p.194-201 [1891].
- MIGUEL, Ana de. **El Feminismo a través de la historia**. Mujeres en Red, el periódico feminista. 2007. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?rubrique115>>. Acesso em: 13/04/2018.
- MONTEIRO, Nayara de Lima. **A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul: alcances e limitações a partir das relações de poder**. João Pessoa: UEPB, 2014.
- OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract**. Cambridge: Polity Press/Blackwell Publishers, 1988.

PINASSI, Maria Orlanda. **O protagonismo das mulheres no MST**. In: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI. Londrina: UEL, 2010, p.125-137.

PINHEIRO, Larissa Souza. **Movimento de mulheres camponesas: uma análise do feminismo camponês popular**. Mossoró: UERN, 2017.

PIZARRO, Ana Maria. **Radicalización del feminismo, radicalización de la democracia**. Mujeres en Red, el periódico feminista, 2005. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article377>>. Acesso em: 26/04/2018.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex, in: REITER, Rayna R. (org.) **Toward an Anthropology of Women**. Nova York: Monthly Review Press, 1975.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. **A solidariedade internacionalista do MST na América latina: aposta histórica e ação estratégica**. São Paulo: UNICAMP, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América latina: caminhos para uma política emancipatória?**. In: Dossiê: Movimentos Sociais e Política, v.21, n.54. Salvador: Caderno CRH, 2008, p.505-517.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

SEIBERT, Iridiane Graciele. **Feminismo campesino y popular - Una propuesta de las campesinas para el mundo**. 2018. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-y-popular-una-propuesta-de-las-campesinas-para-el-mundo/>>. Acesso em: 28/05/2018.

SILVA, Carmen S. M. **Feminismo Popular e lutas antissistêmicas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

SILVA, Gislania de Freitas. **Nuestra América: o nacionalismo internacionalista de José Martí**. Fortaleza: UFC, 2013.

SOUZA, Ailton de. **América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 4, p. 29-39, dez. 2011.

STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 1, p. 237, 2000.

STOLLER, Robert. **Sex and Gender**. Nova York: Aronson, 1968.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: feminist perspectives on achieving global security**. New York: Columbia University Press, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAINSTOK, Otilia; HENAULT, Mirta. **La mujer en la revolución**. Argentina: Centro Editor de América Latina, 1973.

WALTERS, Margaret. **Feminism: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2005.

## ANEXOS

### **Anexo 1:** Declaración Política V Asamblea de Mujeres de La Vía Campesina

Nosotras, mujeres de más de 70 países, representantes de nuestros movimientos, reunidas en nuestra V Asamblea de Mujeres, en el marco de la VII Conferencia Internacional de la Vía Campesina, nos dirigimos a las mujeres todas, a los movimientos campesinos, a los movimientos populares en general y a la sociedad en su conjunto, para declarar cuanto sigue:

Somos mujeres del campo que representamos la diversidad del mundo rural: mujeres de pueblos originarios, campesinas, asalariadas del campo, pescadoras, pastoras, artesanas, jóvenes, migrantes, recolectoras, quienes aportamos cotidianamente a las luchas del campo y a la construcción del movimiento internacional de la Vía Campesina, desde la mirada del feminismo y de la soberanía alimentaria.

Iniciamos esta asamblea haciendo un recuento histórico de nuestro caminar, valorando los avances alcanzados, seguras de nuestro accionar y de nuestro pensamiento.

Ratificamos el Manifiesto de las Mujeres del Campo, emanado en la IV Asamblea de Mujeres, del año 2013, el cual es una guía para nuestra práctica y una propuesta de cambio para la sociedad toda.

Ratificamos nuestro compromiso de resistencia en el campo, de participación plena en las organizaciones y de dar batalla a la violencia contra las mujeres hasta su erradicación completa, de repudiar la guerra y contribuir a la construcción de la paz con justicia social, de defender la madre tierra y luchar por la recuperación del buen vivir para toda la humanidad.

Constatamos una vez más:

El sistema capitalista y patriarcal sigue arreciando en el mundo entero, violentando nuestros territorios, nuestros cuerpos y nuestras mentes, acumulando cada vez más capital a costa del futuro del planeta y la humanidad.

En esta fase de crisis profunda del sistema capitalista, su expresión neoliberal y los gobiernos de cortes dictatoriales e imperialistas expanden la guerra, extraen los bienes comunes de la manera más alevosa, invaden naciones, provocan migración forzosa, expulsan pueblos de sus territorios,

militarizan los campos, persiguen, asesinan y encarcelan luchadores y luchadoras, y no se detienen.

La naturaleza y la agricultura continúan siendo mercantilizadas y la extracción incontrolada de todo tipo de recursos se resiente en un acelerado proceso de cambio climático cuyas consecuencias para las comunidades y en particular para las mujeres, son catastróficas, exponiendo a situaciones límites la vida y la cultura del campo, generando hambre y pobreza extrema en quienes producen alimentos y riquezas.

En este contexto las mujeres soportamos cada vez más el peso de la producción de bienes y alimentos y sin embargo nuestro trabajo sigue invisibilizado. El trabajo de los cuidados sigue no valorizado, no apoyado, ni asumido colectiva y socialmente, lo que aumenta nuestra sobrecarga de trabajo y restringe nuestra participación plena.

Las formas de violencia estructural se han multiplicado. Sufrimos violencia económica, laboral, ambiental, física, sexual, psicológica. Los feminicidios siguen y aumentan. La criminalización de las mujeres y sus organizaciones se ha incrementado en los últimos tiempos y junto con la impunidad y asesinatos políticos, se han convertido en obstáculos importantes para el avance de las luchas de las mujeres. El acaparamiento de tierras por parte de grandes capitales transnacionales nos está expulsando de nuestras tierras y hogares, muchas veces arrasando con fuego nuestros cultivos y casas con la ayuda de los ejércitos. La migración forzada que hemos sufrido hace décadas se ha convertido más y más en el campo de crecimiento del crimen organizado a través del tráfico de personas. La guerra nos alcanza con especial brutalidad, profundizando la violencia económica, generalizando la violencia sexual, sumiéndonos en la pobreza y haciendo nuestra vida infinitamente más difícil. La muerte, el encarcelamiento y la persecución de nuestros familiares hombres nos deja aún más vulnerables, sobrecargándonos con las tareas de la sobrevivencia y la protección de niñas y niños, quienes cada vez más son expuestas a la violencia sexual, la muerte y el desarraigo, en las acciones de guerra. Las fumigaciones con agrotóxicos de los grandes monocultivos repercuten directamente en nuestros cuerpos, en el medio ambiente y en nuestro trabajo. Las semillas nativas y criollas se contaminan con transgénicos y ponen en riesgo nuestra soberanía alimentaria.

## **Sobre nuestro derecho y deber de participar en los procesos políticos y de toma de decisiones**

Reconocemos los avances ideológicos, políticos y legislativos en torno a la participación política. Sin embargo, estos avances muchas veces no trascienden en las prácticas políticas ni en la cotidianidad de nuestras vidas; ni de los Estados, ni de nuestras organizaciones.

Continuaremos trabajando y luchando para que nuestras organizaciones estén al frente de los cambios necesarios para asegurar nuestra plena participación política, especialmente en la toma de decisiones, en la definición de estrategias y en las responsabilidades de representación.

Seguiremos exigiendo que se reconozca nuestro trabajo productivo; se valore, se asuma colectivamente y se comparta el trabajo reproductivo y de cuidado, condición fundamental para hacer realidad nuestra participación plena

## **Construyendo un feminismo campesino y popular**

Estamos construyendo un feminismo que surge de nuestra identidad campesina y popular como un aporte a nuestras organizaciones y a los procesos de emancipación social de hombres y mujeres.

El feminismo que planteamos reconoce nuestra diversidad cultural y las muy diferentes condiciones que enfrentamos en cada región, país y localidad; lo construimos desde las luchas cotidianas que desarrollamos las mujeres en todo el planeta, por nuestra autonomía, por transformaciones sociales, por la defensa y protección de la agricultura campesina, por la soberanía alimentaria. Y es allí donde emergerán la mujer y el hombre nuevos en nuevas relaciones de género basadas en la igualdad, el respeto, cooperación y reconocimiento mutuos.

Este feminismo es transformador, insumiso y autónomo, lo construimos colectivamente en la reflexión y en las acciones concretas contra el capital y el patriarcado, es solidario con las luchas de todas las mujeres y los pueblos que luchan.

Este feminismo debe también alimentarse con procesos de formación feminista para nosotras y para todas nuestras organizaciones, Nuestros movimientos deben garantizar espacios propios de mujeres donde podamos fortalecer nuestra autonomía solidariamente.

### **Campaña Basta de Violencia hacia las mujeres**

Nuestra campaña Basta de Violencia contra las Mujeres ha sido de gran importancia para visibilizar la violencia contra nosotras y para avanzar en la sensibilización de nuestras organizaciones. Es necesario ampliar el compromiso de todos los hombres y las mujeres que componemos la Vía Campesina, incluida la juventud, para asumir acciones concretas de la campaña en la cotidianeidad y revertir el freno fundamental que implica la violencia para nuestras vidas.

Nuestros medios de comunicación populares deben potenciar la campaña mediante la difusión, promoción y visibilización de la problemática que afrontamos, las luchas que desarrollamos y las propuestas que desarrollamos.

Las mujeres del campo seguiremos organizadas, luchando por el derecho a vivir con dignidad, justicia e igualdad.

### **Construimos movimiento para cambiar el mundo con Feminismo y Soberanía Alimentaria.**

Euskal Herria, Derio, 18 de julio de 2017

#### **Anexo 2: As mudas romperam o silêncio**

Havia um silêncio, sepulcral  
sobre dezoito mil hectares roubados  
dos povos tupi-guarani  
sobre dez mil famílias quilombolas  
expulsas de seus territórios  
sobre milhões de litros de herbicidas  
derramados nas plantações

Havia um silêncio promíscuo  
sobre o cloro utilizado  
no branqueamento do papel  
a produzir toxinas que agridem  
plantas, bichos, gentes  
sobre o desaparecimento  
de mais de quatrocentas espécies de aves  
e quarenta de mamíferos

do norte do Espírito Santo

Havia um silêncio intransponível  
sobre a natureza de uma planta  
que consome 30 litros de água-dia  
e não dá flores nem sementes  
sobre uma plantação que produzia bilhões  
e mais bilhões de dólares  
para meia dúzia de senhores

Havia um silêncio espesso  
sobre milhões de hectares acumulados  
no Espírito santo, Minas, Bahia  
e no Rio Grande do Sul

Havia um silêncio comprado  
sobre a volúpia do lucro  
Sim, havia um silêncio global  
sobre os capitais suecos  
sobre as empresas norueguesas  
sobre a grande banca nacional

Por fim  
havia um imenso deserto verde  
em concerto com o silêncio.

II  
De repente  
milhares de mulheres se juntaram  
e destruíram mudas  
a opressão e a mentira

As mudas gritaram  
de repente  
e não mais que de repente  
o riso da burguesia fez-se espanto  
tornou-se esgar, desconcerto.

III  
A ordem levantou-se incrédula  
clamando progresso e ciência  
imprecando em termos chulos  
obscenidades e calão

Jornais, rádios, revistas,  
a internet e a TV,

as empresas anunciantes  
executivos bem falantes  
assessores rastejantes  
técnicos bem-pensantes  
os governos vacilantes  
a direita vociferante  
e todos os extremistas de centro  
fizeram coro, eco,  
comício e declarações  
defendendo o capital:  
“Elas não podem romper o silêncio”  
E clamaram por degola.

#### IV

De repente  
não mais que de repente  
milhares de mulheres  
destruíram o silêncio

Naqueles dia  
Nas terras da Aracruz  
as mulheres da Via Campesina  
foram o nosso gesto  
foram a nossa fala.

Fonte: Manifesto de Homens e Mulheres em solidariedade às mulheres da Via Campesina, MST, 2006.